



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

#### NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

#### TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

#### TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0128/09	DATA: 24/03/2009
INÍCIO: 10h35min	TÉRMINO: 12h46min	DURAÇÃO: 02h08min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h08min	PÁGINAS: 67	QUARTOS: 26

#### DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ – Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO – Agente de Inteligência da ABIN.

**SUMÁRIO:** Tomada de depoimentos.

#### OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.

Há palavras ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 86<sup>a</sup> reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, edição 2022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomada de depoimento dos Srs. Lúcio Fábio Godoy de Sá, Oficial de Inteligência da ABIN, e Jerônimo Jorge da Silva Araújo, Agente de Inteligência da ABIN.

Eu convido o Sr. Lúcio Fábio Godoy para tomar assento à Mesa. Solicito ao Sr. Jerônimo da Silva Araújo que aguarde o momento da tomada do seu depoimento em outra sala.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para suas interpelações. O autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos para fazer as suas interpelações, computado nesse tempo o prazo para as respostas do depoente. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computado nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.

Para atender as formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: que se compromete a dizer a verdade sob as penas da lei.

Antes de passar a palavra ao Sr. Lúcio Fábio Godoy de Sá, gostaria apenas de registrar aos membros desta Comissão e aos que hoje assistem a esta inquirição que os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito têm-se pautado na busca da verdade; e a busca da verdade doa a quem doer. Nós não concordamos com as práticas indevidas, incorretas e ilegais de quem quer que seja. E nós entendemos que, muitas vezes, os agentes de inteligência desta Casa são colocados em situações difíceis, em função de comandamentos, no mínimo, equivocados por parte de seus superiores.

Nós observamos, já no decorrer dos nossos trabalhos, que a Agência Brasileira de Inteligência atuou com total desconhecimento por parte da



Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal. Trabalhou em conjunto com um presidente de um determinado inquérito, por determinação superior.

Então, o que é importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito é que V.Sas. que irão depor sejam o mais fiéis possível com os fatos acontecidos, porque ela não se destina a punir aqueles que participaram da operação. Destina-se apenas a tomar as medidas necessárias para que erros e equívocos não se repitam.

Pergunto: o senhor está acompanhado de advogado hoje, aqui?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Do advogado da casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Advogado da casa.

Quem é o advogado da casa? O nome do senhor?

**O SR. EDMAR FURQUIM CABRAL DE VASCONCELLOS JÚNIOR** - Cabral de Vasconcelos Júnior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Cabral de Vasconcellos Júnior é o advogado da Agência Brasileira de Inteligência, que se encontra presente a esta audiência.

Se o senhor quiser sentar-se ao lado do depoente, o senhor, por favor, pode fazê-lo. As outras pessoas que eu não conheço, aqui presentes, são... A senhora é...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Do outro depoente.

Então, vou passar a palavra ao Sr. Lúcio Fábio Godoy por 20 minutos para fazer uma explanação de tudo o que aconteceu. Quer dizer, o que o levou a participar dessa operação, quais foram as atitudes e as ações que o senhor praticou durante os seus trabalhos e por orientação de quem. Com a palavra V.Sa.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Bom dia a todos. Gostaria de dar bom dia a todos os membros da Comissão e agradecer pela oportunidade de estar aqui na presença dos senhores para dar nosso testemunho da verdade. Gostaria de agradecer em particular ao Deputado Marcelo Itagiba por ter propiciado esta oitiva reservada aqui na Agência Brasileira de Inteligência, motivo pelo qual tenho escutado tantos elogios a V.Exa., em virtude do reconhecimento do nosso trabalho enquanto profissionais da Inteligência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Só queria dizer a V.Sa. que esse não é um ato só do Presidente. É um ato de deliberação coletiva de todos



os membros desta CPI, em respeito aos trabalhos e à importância da ABIN no cenário nacional.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Muito obrigado, então, a todos os membros desta Comissão. Minha saudação, em especial, ao Deputado Nelson Pellegrino, aqui presente, na pessoa de quem eu saúdo todos os demais membros da Comissão. Estou aberto a qualquer esclarecimento de V.Exas. V.Exa. quer que eu dê uma explanação inicial, não é? Então, o início dos fatos dessa operação, já notória... Ela se iniciou há 1 ano, em meados de março de 2008. Portanto, há 1 ano. Recebi determinação, na época, do meu coordenador-geral de que fosse...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - O nome desse profissional de inteligência, o senhor preferia por escrito, ou eu verbalizo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Pode verbalizar, porque o que está verbalizado vai ficar no âmbito da CPI. Então, nós não estamos com *(ininteligível)*. O senhor pode verbalizar.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É o Coordenador-Geral Braun. O nome de guerra é Braun. Tudo isso consta do... E falando que haveria um trabalho no âmbito do SISBIN, e que eu deveria procurar um delegado chamado Queiroz, o DP Queiroz, que eu fosse à sede do Departamento de Polícia Federal e que procurasse pelo Delegado Queiroz, que haveria um trabalho no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência. Na ocasião, eu fui para lá — isso em meados de março —, procurei o Delegado Queiroz. Na ocasião, ele me chamou para a sala dele, logo que eu fui apresentado a ele, já que não o conhecia. E ele falou: “*É, vocês estão presentes aqui, em primeiro lugar, por 2 motivos: um porque essa ação envolve ações de espionagem internacional, em particular o caso Kroll; e que, além disso, essa ação é do interesse do Presidente da República. Esses são basicamente os 2 motivos pelos quais... porque o senhor está aqui trabalhando conosco*”.

Então, basicamente, esse foi um trabalho de cerca de um mês e meio, na ocasião, e consistia basicamente da análise de material textual. Sempre trabalhei com material textual, com a pré-análise de material textual que me era repassado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor pode definir melhor o que é material textual?



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Por exemplo, eu nunca trabalhei com áudio, nem com análise de áudio, nem com análise de fotografias, nem com filmagens. Sempre com material escrito, não é? Arquivos@.com, tabelas, planilhas, processadores de texto que me eram disponibilizados numa pasta, e ele pedia para que eu analisasse, fizesse uma pré-análise. E isso, posteriormente, era... esse material era olhado por policiais. Especificamente, na ocasião, eram um perito e um escrivão que analisavam esse material, após eu fazer uma pré-análise.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para eu entender bem. Quando o senhor fala “texto”, o senhor está falando de um relatório ou o senhor está falando de um relatório onde continham, nesses textos, degravações?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não. Era um material variado. Era um material variado. Em momento algum eu trabalhei com degravações de áudio, por exemplo. Não tive contato com isso. Havia, por exemplo, tabelas, processadores de texto; e 99% das vezes tratavam do mercado financeiro, de questões relativas ao mercado financeiro — inclusive paraísos fiscais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O que é uma especialidade do senhor.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, isso aí... Até me estranhou um pouco o fato de eu ter sido mandado, porque de fato eu não tinha grande experiência nesse fato. Eu sou pós-graduado na parte de geoprocessamento e sempre trabalhei aqui na casa com análise de imagem de satélite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor foi sozinho a essa reunião ou foi acompanhado de algum outro...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não. Eu fui sozinho, primeiramente. Mas, quando eu fui receber essa determinação aqui na casa, essa determinação também foi dada, na ocasião, na sala, a mais 2 profissionais de inteligência também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Que eram...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - O Sr. Luiz e o Sr. Márcio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Márcio Seltz e Luiz.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Pelo que me consta, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora... E essa reunião foi feita com quem?



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Com o coordenador-geral de inteligência, de operações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Em algum momento, nesse processo, o senhor teve algum contato, a respeito dessa matéria, com o Diretor-Adjunto ou com o Diretor-Geral da casa?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, em momento algum, no decorrer dessa operação, eu tive contato com o Campana ou com o Lacerda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Relator para os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes, boa parte das informações aqui prestadas pelo Sr. Lúcio Flávio Godoy já constam do seu depoimento. Apenas para esclarecer 2 questões que, para nós, são importantes. Ele declara textualmente, no seu depoimento... Bom, esse é o depoimento que V.Sa. prestou no Departamento de Polícia Federal. V.Sa. ratifica esse depoimento?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Integralmente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O senhor ratifica esse depoimento prestado na Polícia Federal?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Tem uma parte aqui que, para nós, é interessante. Ela diz o seguinte: *"Esclarece que, na ocasião de sua apresentação ao Delegado de Polícia Federal Queiroz, este informou a razão da participação do depoente na Operação Satiagraha, que era motivada por 2 fatos (V.Sa. até já declarou): um por envolver espionagem internacional; e outro por ser a investigação de interesse da Presidência da República, pois os investigados estariam infiltrados no alto escalão da administração pública, e que o Presidente da República (aí, aspeado aqui, não sei se são palavras de V.Sa. ou do Delegado Protógenes) não aguentava mais aquela situação"*. O Delegado Protógenes entrou em detalhes sobre essa questão ou... V.Sa. só resumiu ou foi essa a declaração dele?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Esse seria o resumo da declaração que ele, Delegado Queiroz, falou para mim naquela ocasião.



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas ele usou a expressão “Presidente da República” ou “Presidência da República”?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Ele usou a expressão “Presidente da República”.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Ele fez alguma ilação complementar de que nível de infiltração... O investigado aí seria o Sr. Daniel Dantas, no caso?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Ele colocou também, na ocasião, que seria do interesse do Presidente da República, que, segundo ele, o próprio filho do Presidente da República... Na ocasião, ele não citou quem seria o filho. Falou apenas que o filho do Presidente da República havia sido cooptado pela organização criminosa alvo daquela investigação.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E essa infiltração aqui nos altos escalões da administração pública... Ele fez alguma referência sobre isso?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, ele só citou essa expressão. Ele não entrou em detalhes.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não entrou mais em detalhe algum. Além disso, ele fez algum outro comentário sobre a participação da ABIN nessa operação?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas de agentes da ABIN?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - A princípio, não; que eu lembre, não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Atribuiu a esses 2 motivos principais?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Atribuiu a esses 2 motivos principais, sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Certo. Também aqui no depoimento de V.Sa... E o senhor já declarou aqui para a CPI que manuseou planilhas, tabelas e textos. Entre esses textos estariam *e-mails* interceptados?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Havia arquivos do tipo @.com, que eu acredito... Não houve nenhum parecer técnico acerca disso. Não nos foi apresentado nada disso. Eu acredito que sejam provenientes de *e-mails*.



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Interceptações de e-mails. E V.Sa. se recorda do que esses e-mails tratavam?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Tratavam sobremaneira de questões afetas ao mercado financeiro e a paraísos fiscais. Isso era...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas o quê? Comunicações entre os investigados de transações realizadas fora do País?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Havia um material muito vasto, não é? Muitos dos quais até em língua estrangeira, não é? Alguns dos quais nem eram tão inteligíveis assim por se tratar de uma linguagem técnica, e alguns até em língua estrangeira. Mas eram... Variavam: taxas, cotações, transações. O material... Então, como eu fazia, na verdade, uma pré-análise, o meu papel era basicamente separar esse material. Às vezes, fazia até um esboço de um pré-relatório, um esboço de alguma coisa, deixava ali armazenado. E policiais daquela investigação faziam, então, a análise mais aprofundada.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O senhor atuou na base de São Paulo somente?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, eu só atuei, durante cerca de um mês e meio, aqui em Brasília.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas no prédio da Superintendência, no Máscara Negra, no DIP lá?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Foi um período na sede da Polícia Federal, no Setor de Autarquia Sul, e um período, já próximo ao fim, aqui no Setor Sudoeste. O Departamento de Polícia Federal tem também uma seção no Setor Sudoeste.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E nesse período que o senhor atuou lá no prédio da Superintendência da Polícia Federal era o quê? Era numa sala lá, em que ficava todo mundo?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Aqui no edifício sede da Polícia Federal, que V.Exa. está dizendo, era a sala de reuniões. Ficava no quinto andar do edifício sede, dentro da DIP, na Divisão de... Diretoria de Inteligência da Polícia. E era uma sala improvisada na sala de reuniões do Diretor de Inteligência da Polícia, Dr. Daniel Lorenz.



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - A única base dessa operação era essa sala lá na Superintendência? Só tinha essa sala?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. A princípio, que eu saiba, sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - V.Sa. recorda, nesse período em que o senhor esteve lá, quem estava participando da operação?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Que eu me lembre, no dia em que eu cheguei lá, havia um perito — além, claro, do Delegado Queiroz —, havia um perito, havia o Ambrósio e havia, salvo engano, mais um escrivão também, a princípio, no momento em que eu cheguei lá.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Qual era a função do perito lá? V.Sa. sabe informar?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eu não saberia lhe informar.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E do escrivão lá?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Também não... O material que a gente selecionava, normalmente, eles faziam depois... dariam uma olhada nisso.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Qual é a função do Sr. Ambrósio lá?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - O Ambrósio, eu nunca tive grande intimidade com ele, mas ele ficava num computador um pouco afastado, de frente para o computador, virado para a parede, num canto. Então, também não saberia informar especificamente o trabalho dele.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas ele ouvia áudios nesse computador?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Nunca vi. Não que eu visse.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Porque ele declarou à CPI, na semana passada — isso já é público, inclusive — que o policial encarregado de ouvir interceptações telefônicas, certa feita, se descuidou, e o áudio vazou. Ele pôde ouvir, inclusive. Um desses áudios era o diálogo do Deputado... do ex-Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh com o Sr. Gilberto Carvalho; e o outro, se me recordo, foi... Ele diz que ouviu 2 áudios. V.Sa. estava nesse dia?



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, não. Provavelmente não. Até porque a minha participação lá foi muito curta: cerca de, no máximo, um mês e meio, há cerca de 1 ano.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Nesse período tinha algum oficial lá que fazia degravações, escutava áudios?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Nunca... nunca... nunca presenciei esse tipo de situação de áudio aberto, esse tipo de coisa lá. Nunca havia visto.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Nunca havia visto lá?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Eu queria saber também de V.Sa... No caso, essas tabelas se referiam a quê?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Também eram questões relativas ao mercado financeiro: cotações, juros, valores.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Algum dado referente a sigilo fiscal ou bancário era analisado?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Que eu tivesse consciência disso... Eu não saberia dizer.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas tinha dados bancários?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eram dados relativos a essa questão bancária, questão financeiro-bancária, com certeza. Em certa feita eu até perguntei para um perito, na ocasião, acerca da origem. Mas ele falou: "*Olha, você deveria perguntar isso ao Delegado Queiroz*". E o Queiroz estava sempre... viajava bastante, e eu acabei ficando sem resposta.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então V.Sa. fazia uma espécie de classificação prévia?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Basicamente. No máximo, um esboço acerca daquilo que eu havia separado.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E o Delegado Queiroz orientou V.Sa. em que sentido? "*Olha, isso aqui você vai ler. Se for banco, você passa para...*" Ou V.Sa. classificava e entregava a ele, e ele distribuía o material para análise posterior?



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Que eu me lembre, foi até uma questão complicada, porque eu, particularmente, não recebi grandes orientações acerca disso. Ele simplesmente... *“Olhem, vocês se sentem aqui, deem uma olhada nesse material, e o que for interessante vocês separam”*. Basicamente isso. Foi somente o que ele me disse.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O que ele chama de interessante?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - E aí eu ia perguntando, na medida do possível, perguntando o que... Basicamente, o que me parece que ele queria seriam informações úteis à investigação. Ou seja, informações úteis a indícios...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Movimentações ilegais.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Exatamente. De coisas ilegais, de crimes, desse tipo de coisa. Eu estava sempre...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E por que a especialidade de V.Sa. não é crime financeiro ou...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Exato. É...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Parece-me, pelo que eu entendi, que a especialidade de V.Sa. é georreferenciamento.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Exato. Geoprocessamento, sim, senhor. Não sei por que me colocaram aqui. Por quê? Sinceramente, eu não sei. (*Ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Alguma vez, nesse curso de um ano e meio ou 1 ano, sei lá, o senhor se reportou ao Diretor da Inteligência, o Braun...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, Excelência.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - ...questionando que não era a sua especialidade e por que teria sido designado para essa função?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Que eu me lembro, não tive oportunidade de fazer esse tipo de colocação.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O senhor deu baixa na operação por quê? Porque ela demorou mais de 1 ano, não é? Parece-me que levou um ano e meio, não é?



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Um mês e meio...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - A minha participação foi há cerca de 1 ano. A minha...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Um mês e meio?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não. O início da participação foi há cerca de um ano. Mas a minha permanência nesse trabalho foi de cerca de um mês e meio.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Um mês e meio.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Foi só cerca de um mês e meio.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E deu baixa na operação por sua iniciativa ou porque ele considerou que não era mais necessário a sua...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eu... Havia já trabalhos a serem realizados aqui na casa, que haviam sido interrompidos por ocasião dessa ordem, mas curso também... por ocasião de curso. E eu perguntava sempre, especialmente ao Delegado Queiroz: “*Quando vai terminar? A gente já pode voltar?*” Algo desse tipo. Ao que ele me respondeu: “*Não, mais uns 20 dias, provavelmente, vai estar sendo liberado*”. Até que eu tive uma atitude. Cheguei aqui na casa e falei: “*Olha, eu gostaria de... Eu já passei um tempo razoável. Eu teria que tocar para a frente os trabalhos que estão sendo feitos aqui na casa*”.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Em média, quantas pessoas ficavam nessa sala? V.Sa. se recorda?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Em média...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Quantas pessoas ficavam nas operações lá?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Olha, vamos recordar aqui. V.Exa. está falando da ABIN ou da Polícia Federal?

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não. Da Superintendência.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Na sede da Polícia Federal, quantos ficavam na sala, em média...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Isso.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - ...entre policiais e...



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Todo mundo.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Todo mundo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O pessoal da ABIN, o pessoal da Polícia Federal, araponga...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Vamos ver. Havia um escrivão, um perito — parece-me que após chegou mais um perito —, o delegado... Então, são 4 policiais, a princípio, mais o Ambrósio. Cinco, pelas minhas contas aqui. Cerca de 9, em média, que eu me lembre.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - V.Sa. se recorda se o Sargento Idalberto esteve lá nesse período?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não conheço esse senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E o Sargento Jairo Martins?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Também não conheci.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E lá no Sudoeste, o que era? Era um apartamento lá no Sudoeste?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - No Sudoeste são instalações. Parece-me que um bloco... É como se fosse um condomínio, um condomínio fechado, não é? E um bloco inteiro, salvo engano, está alugado ao Departamento de Polícia Federal. E ali uma sala foi disponibilizada para a equipe que estava realizando aqueles trabalhos. Isso aí já ao final da minha participação. E a equipe... Então foi feita a mudança para aquele prédio. Inclusive, até ajudei a montar os computadores ali para dar aquele apoio... o apoio técnico. E...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Quais os equipamentos que havia nessa sala lá?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Quantos equipamentos?

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Quais os equipamentos?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Quais os equipamentos?

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Sim.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eram computadores. Basicamente computadores. Havia 1 ou 2 impressoras. Mas eram computadores.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Ou seja, o trabalho lá era só de análise de material?



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Perdão, eu não entendi.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O trabalho lá era só de análise de materiais?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. Pelo menos, a minha parte, que me conste...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E os outros faziam análise sobre degravações lá?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Olha, que eu saiba, não. Eu não sei. Não sei, porque eu não entrava no trabalho...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não viu alguém com fone de ouvido?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Fone de ouvido, sim. Já vi lá...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Tanto na Superintendência como lá, fazendo escutas?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eu acho que...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Escuta que eu falo é ouvindo áudio do computador.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eu vi... Esses fones de ouvido havia, sim. Sempre, junto aos computadores, eles mantinham fones de ouvido...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E o Sr. Ambrósio fazia escuta lá? Viu alguma coisa?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sinceramente, nunca... Não me lembro de ter presenciado ele com esse tipo de material, não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Geralmente o pessoal da Polícia Federal?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. Eu já vi pessoas da Polícia Federal, que me conste. Mas nunca... Eles ficavam discretamente lá na frente dos seus computadores. Eu nunca soube o que estavam...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, por ora eu me dou por satisfeito.

Obrigado, Sr. Godoy.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou aproveitar para tirar algumas dúvidas que ficaram para mim, das suas respostas.

O senhor, no decorrer dos trabalhos que realizou, achou algo compatível com espionagem internacional?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Quando da minha chegada, ele disponibilizou um material escrito para que eu me inteirasse daquela... do caso em tela, da investigação que ele estava conduzindo. Ele me falou inicialmente dessa questão da espionagem internacional. Citou o caso Kroll. Naquele material inicial, salvo engano, constavam referências à participação de um estrangeiro que havia sido contratado pela organização criminosa para realização, supostamente, de espionagem. Vale colocar: dentro desse curto período em que eu estava trabalhando lá, eu não encontrei outras referências dessa natureza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - São referências que o senhor encontrou lá. Agora, a minha pergunta é: objetivamente, o senhor pode dizer que encontrou algum aspecto de espionagem internacional no que o senhor analisou?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - No material que foi analisado dentro desse período aí, de cerca de um mês e meio, eu não encontrei referências técnicas da... de ação de espionagem internacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O.k. Segundo: o senhor achou, também, na análise do material alguma coisa que fosse do Presidente ou da Presidência da República?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É... Não. De forma objetiva, tecnicamente, eu diria que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Diria que não?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Está bom. No seu trabalho... O senhor levou ao conhecimento dos seus superiores qual era o trabalho que o senhor estava realizando na Polícia Federal?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não. Trabalho que eu estava realizando na Polícia Federal era sempre... Lá na Polícia Federal...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor nunca informou aos seus superiores... *“Eu estou fazendo isso, estou fazendo aquilo...*

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - ...*Eu sou um homem de geoprocessamento. Estou fazendo análise de papel.*” O senhor nunca questionou isso aos seus chefes?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não. Nunca... No máximo, eu falava que era um trabalho que estava sendo feito fora da casa e que me pediram para que eu não comentasse com mais ninguém. Então, não... Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas o senhor recebeu uma determinação de um chefe.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não comentava...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor nunca se reportou ao seu chefe, dizendo a ele o seguinte: *“Olha, chefe, eu estou lá fazendo esse trabalho, mas esse trabalho não tem nada a ver com geoprocessamento. Não é compatível com a minha qualificação”*. O senhor nunca levou isso ao conhecimento do seu chefe?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Ao final desse período, de cerca de um mês e meio, foi exatamente a causa por que eu saí, não é? Havia trabalhos a serem feitos aqui na casa. Sempre, trabalhos que eu desenvolvo aqui, desde o primeiro ano em que estive aqui, são ligados ao geoprocessamento, à análise de imagens de satélite. Então, em virtude disso, já dava para deduzir que, em virtude da continuidade desses trabalhos estratégicos, eu gostaria de estar retornando para casa, ao que fui atendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, ou eu estou enganado ou então não conheço mais atividade de inteligência. E aí vou ter que me reciclar e repreender. Quer dizer que o senhor é designado pelo seu chefe para fazer um determinado trabalho numa determinada repartição, e o senhor não tem a obrigação de reportar ao seu chefe o que o senhor está fazendo. O senhor é uma roleta-russa. Está livre para fazer o que quiser e não precisa reportar ao seu chefe. É isso?



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Logo que fui enviado a esse trabalho, o chefe falou que não queria nem saber acerca do que estava acontecendo lá. E era uma situação complicada. Por quê? Na época, ainda estava em estágio probatório. E ele me dá uma determinação dessa natureza, acerca de um trabalho no âmbito do SISBIN. Portanto, deduzo, institucional. Então, não... E não sabia nem do que se tratava. Poderia até mesmo ser da minha área. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Olha, eu concordo com o senhor. O senhor está no âmbito do SISBIN. O senhor vai fazer um trabalho para a Agência Brasileira de Inteligência. Agora, o senhor não tem obrigação de fazer um relatório para o seu chefe do que o senhor está realizando, já que o senhor está lá oficialmente, na âmbito do SISBIN, para fazer um trabalho da Agência Brasileira de Inteligência, em cooperação com o Departamento de Polícia Federal? O senhor vai lá, faz o que quiser e aparece aqui no dia que o senhor quiser e pronto, acabou. Não é relatório para dentro desta casa? Esta casa mudou muito.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, senhor. Não me foi cobrado relatório de forma alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, o que quer dizer essa história aqui de que o seu chefe e o outro agente da ABIN tiveram um encontro com a jornalista Andréa Michael? Que história é essa?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Acerca dessa questão... É até interessante que a gente espere que o Departamento de Polícia Federal aprofunde as investigações acerca disso. Em determinada ocasião, eu apenas, sendo questionado por um delegado em um depoimento oficial à Polícia Federal, falei, dando o testemunho da verdade, que eu havia apenas ouvido um colega comentar que ele e outro colega haviam estado com a jornalista. Mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor pode dar os nomes para que a gente possa entender? Ele e outro colega... Isso para mim é muito... Quem esteve...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Quem teria dito... Quem disse foi o Luiz. Que ele teria, junto com o Braun, se encontrado com a jornalista num restaurante, ao que eu me lembre.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O Luiz estava trabalhando na operação?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. Eles compareceram junto conosco lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim. E aí ele teve um encontro junto com seu chefe, Thelio Braun, e com a jornalista, num restaurante.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. Eu escutei ele dizendo isso. Ele falou numa ocasião... E, questionado pelo delegado... Se não me engano, pelo Delegado Amaro... Ele questionou isso, e eu esclareci o fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, quer dizer, nessa investigação pode se supor que uma linha a ser vista é o possível vazamento da operação por essas pessoas. É isso?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É, eu não teria... não faria ilação nenhuma nesse sentido. Eu gostaria que a Polícia Federal aprofundasse as investigações, porque são profissionais da Inteligência. Dou aqui o meu testemunho da integridade deles, do profissionalismo desses 2 profissionais. E... Apenas dei o meu testemunho da verdade. As conclusões... Eu gostaria que a Polícia Federal aprofundasse os trabalhos para que não se cometesse nenhum engano, nenhuma leviandade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, na questão do Banco Opportunity, o senhor estava examinando eram os discos rígidos do Banco Opportunity. É isso?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E o procedimento.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Que eu me lembre, me parecia... Não eram fornecidas as informações de forma clara assim para a gente: “*É isso. Isso aqui é um disco rígido. Aqui está o auto de apreensão e aqui está a assinatura do juiz*”. Mas quando... Sempre, na ocasião em que havia isso, eu perguntava. E, ao que me parece, havia material relativo a um disco rígido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao próximo inscrito.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Relator, por favor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O Sr. Godoy teria feito referência a que, no curso da investigação, surgiu a informação de que o Sr. Daniel Dantas teria contratado um agente estrangeiro.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Esse agente estrangeiro teria sido contratado para fazer que tipo de serviço?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - O Delegado Queiroz não entrou em detalhes, nem eu encontrei no material disponibilizado, também, detalhes acerca disso.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Seria o Sr. Avner Shemesh esse agente estrangeiro que teria feito (*ininteligível*)?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É, o agente estrangeiro seria um israelense de nome Avner Shemesh.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas não teria certeza se ele fez algum tipo de trabalho com interceptação clandestina, alguma coisa assim?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eu não tomei conhecimento desse caso.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O Dr. Queiroz disse que... Mas como é... Eu queria só que o senhor precisasse bem como é que essa conversa aconteceu, para a gente saber o contexto, para saber até se a gente tem alguma pista. Como é que surgiu o nome do Avner Shemesh nessa conversa?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - A primeira vez que, ao que me lembro, presenciei o nome desse israelense foi ao ler um material escrito, que foi disponibilizado pelo Delegado Queiroz, para que a gente se inteirasse do caso.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Era um relatório do Sr. Avner Shemesh, que deve ter sido apreendido no curso da operação.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. Não sei a origem do material. Parecia-me...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Nesse relatório do Sr. Avner Shemesh, ele versava sobre o quê? O senhor leu, deve saber o conteúdo dele.



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Pelo que eu me lembro... o pouco que eu me lembro, dado o transcurso de tempo, havia essa referência de que ele teria sido contratado pela organização criminosa que estava sendo investigada no curso daquela investigação, supostamente para realização de espionagem. Vale dizer que, durante o curso... aquele período que eu estive lá trabalhando, eu não encontrei outras referencias...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Só para entender, Sr. Godoy. Uma coisa é chegar às mãos de V.Sa., por exemplo, assim, um relatório elaborado pelo Sr. Avner Shemesh, falando que investigou sobre a operação do Sr. Daniel Dantas em relação a... ou a adversários dele, ou dizendo: olha, aqui nós temos interceptações. Eu quero saber se esse material que chegou às mãos de V.Sa. fazia referência à ação do Sr. Avner Shemesh ou era um material que estava sendo analisado em relação à atuação dele. É isso que eu quero que V.Sa. precise melhor.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Deixe-me ver se eu entendi a pergunta de V.Exa. Se era um material supostamente escrito pelo israelense ou se era um material sobre a atuação dele no órgão oficial.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Isso. Isso. Isso.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Parecia-me que era um material acerca da atuação dele por um órgão oficial. Não um relatório dele, mas um relatório acerca da atuação dele.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Seria o quê? Um documento que teria uma exposição das atividades dele aqui no Brasil?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E faria... Que tipo de representatividade dele? O que o documento... Qual o tipo de atividade dele?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eu não me lembro especificamente de ter entrado em detalhes, porque eram calhamaços bem significativos. Eu me lembro...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas não tinha nenhum tipo de brasão? Justiça Federal, Polícia Federal. Era um inquérito? Era uma peça de um processo?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Bem, me pareciam peças oficiais.



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - De processo ou do inquérito?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não sei dizer com certeza. Mas acredito que seria ou da Polícia Federal ou do Ministério Público Federal. Alguma coisa dessa natureza. Mas não sei afirmar com certeza.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas V.Sa. não chegou a detalhes... a ler o que era isso?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não. Eu li por alto, porque era um material bem vasto.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E, por alto, o que dizia?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eu me lembro especificamente disso. Apenas que esse espião teria sido contratado pela organização criminosa.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - No caso, seria...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Acredito até que esse material... Como eu não tenho esse material, eu acredito que esse material esteja de posse da Polícia Federal. Seria interessante esta Comissão requisitar esse material.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Nós estamos tentando, mas é que o Dr. De Sanctis tem sido muito pouco colaborativo nesse sentido. No caso, esse material seria ou a peça de um inquérito, ou seria um procedimento... ou algum... instaurado pelo Ministério Público, ou poderia ser, inclusive, peças da ação penal. Pelo pouco que V.Sa. teria lido, há referência de que o Sr. Avner Shemesh teria realizado interceptações ilegais?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - A única vez que eu presenciei com clareza, que eu lembro o nome do Avner Shemesh, foi apenas nesse material escrito que nos foi disponibilizado.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Sim, mas esse material... V.Sa. relatou que deu uma lidazinha, mesmo que superficial.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eu não me lembro de detalhes desse material. Faz muito tempo, 1 ano. E é muito vasto. (*Ininteligível.*)

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Agora...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Permita-me, Relator. Parece que ele teria confirmado que se tratava de uma ação de espionagem internacional. É isso?



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. Eu me lembro dessa referência a esse israelense como... Talvez seja até interessante, senhores...

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E ele teria sido... O documento refere-se a que ele teria sido contratado pelo Sr. Daniel Dantas ou pelo... Quando... O documento em referencia fala que o Sr. Avner Shemesh teria sido contratado especificamente pelo Sr. Daniel Dantas ou fala da organização? Ele pode ter sido contratado pela Brasil Telecom, pela Telefônica da Itália. Ele faz referencia a quem contratou o Sr. Avner Shemesh?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Especificamente, eu não teria este dado: quem contratou, o nome de quem contratou. (*Ininteligível*) que estava nesse material, falando acerca disso. Acho que o material é do interesse desta... Às vezes até...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Muito.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É do interesse desta Comissão. Eu não tenho certeza. De repente nem está no âmbito do Dr. Fausto. Às vezes está até com o Ministério Público. Eu não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou fazer uma pergunta ao senhor. O senhor tem um conceito institucional, doutrinário da palavra espião. Espião é um agente estrangeiro (não é isso?)...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - ...que busca dados de fontes abertas e de fontes fechadas, no âmbito de um outro país. É mais ou menos isso ou não?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. Espião, ao que me consta, segundo a (*ininteligível*) de inteligência, ele realiza ações de inteligência adversa do nosso ponto de vista, ele é sempre adverso em relação a nós, de forma a captar informações sensíveis do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse cidadão citado por V.Sa. se enquadra nesse perfil, que é o perfil que deve ser combatido por esta Agência, ou o senhor não encontrou dados suficientes para dizer se esse cidadão



era esse agente de espionagem estrangeira contra os interesses do Estado brasileiro?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, senhor. Não houve nem tempo hábil para chegar a essa conclusão. Gostaria até que, realmente, se aprofundasse oficialmente, no âmbito do SISBIN, de forma oficial, em relação a isso, porque a nossa Lei de Criação nos dá esse dever — nossa Lei de Criação (*ininteligível*) — de neutralizar a inteligência adversa.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Seria interessante. Não houve tempo hábil nem (*ininteligível*) suficiente para se chegar a essa conclusão.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O senhor chegou a discutir com o Delegado Queiroz, por alguma ocasião, sobre... ou o Delegado Queiroz fez alguma referência ao Sr. Avner Shemesh? Chegou a conversar — “*olha, encontrei esse material aqui; é um material importante*” —, no sentido de que o Sr. Avner Shemesh teria feito espionagem? Chegou a ser objeto de debate?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não sei se em algum momento ele chegou a comentar. Não me lembro de comentários dele especificamente acerca, que eu me lembre, do Avner. Acredito que possa ter comentado, sim, porque estava no âmbito da investigação. Mas eu não me lembro desses comentários.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Esse material que faz referência ao Sr. Avner Shemesh foi repassado para quem? O senhor fez a triagem. Ele foi repassado para quem?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, esse material, no primeiro dia... Um ou 2 dias, inicialmente, foi disponibilizado para a gente o material para que a gente se inteirasse da ação em que a gente estaria envolvida, qual seria o nosso trabalho ali. E, ao pesquisar esse material, havia essas referências a esse cidadão.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Ele foi distribuído para V.Sa. e para outros também, para se analisar?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Salvo engano, o pessoal da casa deu uma olhada.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Todo mundo que estava na operação naquele momento teve acesso a esse material?



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Acredito que sim. Acredito que...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Todos analisaram bem o material?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Era um material bem vasto. Então, acredito que outras pessoas também devam ter tomado conhecimento dele.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, vou permitir que os demais Deputados possam...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Vanderlei Macris ou Deputado Gustavo Fruet.

Com a palavra Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, Relator, Dr. Furquim, Lúcio, Parlamentares, vou fazer até uma reflexão. Nós chegamos à seguinte situação: houve uma operação com uma estrutura, com um resultado desproporcional. Objetivamente, até agora, há uma condenação só, contra o Daniel Dantas, por tentativa de suborno, ou outras frentes de investigação foram objeto dessa estrutura montada.

Além disso, uma outra questão a ser respondida é essa relação Polícia Federal, a desconfiança do Dr. Protógenes com relação à estrutura da Polícia Federal, a forma como se deu a cooperação com a ABIN e a maneira como isso provocou os desdobramentos.

Então, são 2 questões muito objetivas, porque a nossa preocupação não é mais... E aqui, com todo respeito aos agentes, ao segundo e terceiro escalões, às pessoas que, de alguma maneira, participaram da operação. Cada uma, a seu modo, vai responder já a um processo administrativo, ou vai ter as suas implicações na carreira, ou vai mudar procedimentos.

Mas a questão é saber: ou é uma estrutura desproporcional, ou houve uma orientação superior. A questão é estabelecer o grau de responsabilidade do primeiro escalão e a responsabilidade política de governo com relação a essa operação.

Então, pergunto (a pergunta foi feita ao Ambrósio), apesar do seu pouco tempo na ABIN: é normal esse tipo de operação?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Dentro do meu pouco tempo na ABIN, eu nunca havia presenciado operação dessa natureza.



**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - E assim, objetivamente, eu pergunto: desse material a que o senhor teve acesso, já destacou que 99% era material relativo ao mercado financeiro. Mas, especificamente, chegou a analisar ou a ter acesso a algum documento ou arquivo relativo à Kroll?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Apenas inicialmente, durante... ao me inteirar da ação com esse material escrito que me foi disponibilizado. Não houve ali, durante o curto espaço de tempo... Não consegui encontrar referências específicas à Kroll.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Alguma referência...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Parece-me que... Agora já falo em relação ao que está sendo colocado na mídia. Parece-me que essa questão da Kroll havia sido tratada por outra operação da Polícia Federal, anterior, que, salvo engano, hoje, analisando o material de fontes abertas, não sei se seria exatamente o foco dessa segunda operação a que a gente prestou esse apoio.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Talvez seja oportuno, Sr. Presidente, como houve a prorrogação... Nós aprovamos a convocação de diretores da Kroll, depois daquele depoimento em que o diretor afirmou que o relatório produzido pela Kroll nos Estados Unidos foi apreendido na Operação Chacal, que é uma das tentativas da CPI. Mas talvez seja oportuno cobrar essa informação da Kroll. Houve o compromisso do diretor, e até hoje não houve resposta ou a declaração dele de que a Kroll não dispõe mais de nenhuma cópia desse relatório.

Acessou algum documento ou arquivo com relação ao ex-Ministro José Dirceu?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, não. Em momento algum.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Algum arquivo ou documento intitulado Tucano?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Em momento algum.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Algum arquivo ou documento referente ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Também, em momento algum.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Algum arquivo ou documento referente à Brasil Telecom?



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Que eu me lembre, não. Especificamente, não. Só se houve referências em meio a questões do mercado financeiro. Mas especificamente, que me conste, não.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - E algum arquivo ou documento relativo a financiamento de campanha?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não. De forma alguma.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - E, por fim, no caso dessas operações financeiras, com relação à remessa ilegal de recursos para o exterior.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Havia, ao que me parece, indícios desse tipo de prática. Não sei dizer tecnicamente por que, ao me deparar com a situação que suspeitasse esse tipo de prática, eu separava o material para que fosse analisado pela Polícia Federal, pelo pessoal da Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - E o senhor chegou a verificar também arquivo ou documento relativo ao Lúcio Funaro Bolonha?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - O senhor poderia repetir o nome?

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Lúcio Funaro Bolonha.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, em momento algum, Excelência.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, eu não tenho muita coisa a perguntar, até porque acho que foi completo aí o depoimento do Lúcio Fábio de Godoy, acrescido aí do depoimento anterior prestado na Polícia Federal. Uma questão que me pareceu necessário ser esclarecida é a seguinte. Quando o Dr. Protógenes o procurou, ele deu 2 linhas de preocupação. Uma era espionagem internacional, a outra era a determinação do Presidente da República, que queria esclarecer uma série de fatos, inclusive a participação do seu filho como cooptado pela organização criminosa. Foi isso que foi colocado pelo Dr. Protógenes.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. E foi colocado pelo Delegado Queiroz essa questão da espionagem internacional e que essa ação, aquela operação seria do interesse do Presidente da República. A expressão que ele utilizou foi esta: seria do interesse do Presidente da República, e que ele cobrava o andamento das investigações, e que, salvo engano, que ele queria a investigação.



Ele nunca tocou, assim, como a mídia colocou, por exemplo, como missão presidencial. Essa expressão eu nunca ouvi. Realmente eu nunca ouvi. Ele apenas disse que seria uma ação do interesse do Presidente da República. Isso eu me lembro com muita clareza.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Em relação ao filho do Presidente, o senhor falou alguma coisa?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. Ele comentou isso também, de que... Não falou qual filho, mas falou que o filho do Presidente teria sido cooptado pela organização criminosa.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Muito bem. No curso das investigações que o senhor promoveu no tempo em que o senhor ficou lá, o senhor falou das questões de interesse de espionagem internacional, e em relação a essa questão da participação do filho do Presidente, o senhor teve alguma informação?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não. Ele falou isso, mas não vi referências ao filho do Presidente em momento algum.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Em nenhum documento, em nenhuma manifestação?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não. Após isso... Só essa manifestação verbal dele.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor acha que o fato de ter sido dito pelo Dr. Queiroz que havia interesse do Presidente da República, isso propiciou oportunidade de ampliar o tamanho dessa operação, que o senhor acabou de declarar não ter visto enquanto está aqui na ABIN? O senhor acha que isso é que motivou esse esforço concentrado do Governo, das áreas de inteligência, incluindo a ABIN, etc., nessa operação?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eu não tenho conhecimento do que se passava em termos de cadeia decisória. Voltando a colocar, nós estamos lá realmente, o Deputado colocou com muita propriedade, estamos no terceiro, quarto escalão, obedecendo ordens. Mas no momento em que ele colocou essa questão... Vale aqui lembrar que a Agência Brasileira de Inteligência, ela está dentro da estrutura hierárquica administrativa da Presidência da República. Então, no momento em que ele colocou essa questão de que o Presidente da República era



de interesse, foi um fator a mais de que eu me senti um pouco “como é que eu vou agora?”. Não tem nem como dizer “não” de forma alguma, porque ele está... Imagina V.Exa. que um Presidente de uma Comissão chegue para V.Exa. e fale: “*O Presidente da Câmara falou que tem interesse nisso aí.*” É uma situação em que te deixa quase que contra a parede em termos de...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Mas a minha pergunta é a seguinte: isso o senhor acha que justificaria o tamanho da operação, quer dizer, o fato de o Presidente especificamente ter mostrado interesse, pela palavra do Dr. Queiroz?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Naquele momento, eu não tinha conhecimento da dimensão da operação. Então, quando eu saí, ainda num tempo considerado antes da deflagração da missão. Então, eu não tinha nem noção daquela dimensão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O que o senhor viu sobre o caso Kroll, dentro desse período que o senhor ficou lá?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Apenas essas declarações iniciais do Delegado. Pelo que me lembro, salvo engano, num material que foi disponibilizado inicialmente para que a gente se inteirasse do caso?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ahã. O senhor ouviu falar de Gamecorp nessa operação?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não senhor, nunca. Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sobre Daniel Dantas, o que mais o senhor ouviu de ligação dentro do material que o senhor avaliou?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, havia... O nome dele aparecia. O nome de Daniel Dantas, que me conste, aparecia, e de outras pessoas do banco. Então... Mas basicamente eram questões sempre focadas a essa questão do mercado financeiro. Não entendi a pergunta de V.Exa. — V.Exa. quer saber das relações dele?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Por acaso, nessa operação onde o senhor participou, pelo menos durante o tempo que o senhor participou, houve qualquer informação que o senhor tenha tido de que o senhor Daniel Dantas teria



praticado escutas ilegais no País, através de agentes, etc., ou da própria Kroll, ou do próprio...?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, não encontrei referência. No material em que eu dava uma olhada, não encontrei referência direta a essa fato, não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Macris. Antes de passar a palavra ao Deputado Hugo Leal, vou fazer uma coisa que eu gostaria de entender aqui, que não me ficou bastante clara.

Quando o senhor saiu daqui para fazer a missão, para realizar a missão, o senhor também recebeu uma informação de que era do interesse da Presidência da República?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não. A informação que eu recebi é que seria uma missão no âmbito do SISBIN.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - No âmbito do SISBIN.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Isso me foi passado lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor não teve nem a curiosidade depois de perguntar ao seu chefe, depois que o Protógenes, Delegado Protógenes, disse-lhe que era uma missão presidencial, se de fato era do interesse do Presidente da República? Ou o senhor associou uma coisa a outra: "*Já que me mandaram lá e já que ele diz que é, então, eu estou nesse barco?*"

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Para ser sincero com o senhor, curiosidade até eu tive, mas não tive oportunidade de levar essa pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E depois — uma outra pergunta aqui —, o senhor associou um fato ao outro? Quer dizer, a partir do momento em que a ABIN lhe manda numa missão... O senhor entende hoje, avaliando tudo que já ocorreu, que a sua participação e a participação da ABIN foi incorreta, indevida, não dentro das normas legais?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não sou jurista para dar um parecer conclusivo acerca disso. Para nós, servidores, que estávamos lá participando, em especial para mim, naquele momento, sempre foi me passado como algo de estrito cumprimento do dever legal.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso nós compreendemos, isso nós compreendemos. Mas hoje o senhor avaliando o que aconteceu, avaliando a sua participação, avaliando o trabalho que o senhor desenvolveu lá, o senhor diria que aquela missão não tinha nada a ver com as atribuições específicas da Agência Brasileira de Inteligência? O senhor poderia dizer isso ou não?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Eu não poderia dizer conclusivamente, mas acredito que está bem claro que houve falhas, pelo menos do ponto de vista administrativo, do ponto de vista de protocolo, do ponto de vista protocolar, administrativo mesmo. Acho que era necessário um conhecimento institucional mais aprofundado por parte das autoridades do Departamento de Polícia Federal, Departamento da Agência Brasileira de Inteligência, para que eu... sinceramente, ao me ser passada a ordem, eu acreditava que essa questão já estava vencida. Posteriormente, muitos meses depois, até por obra do trabalho desta CPI, que a gente ficou sabendo que haveria etapas que talvez tenham sido puladas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) – Agora, uma última coisa que realmente... Eu não consigo me convencer, o senhor vá me desculpar, não é que eu esteja duvidando da sua palavra, mas eu não consigo me convencer de que um agente da ABIN vai fazer uma missão e não tem a obrigatoriedade e não realiza um relatório informando aos seus superiores o que foi feito, por que foi feito. Quer dizer, é algo que me parece inconcebível. Se isso for verdade, o que o senhor está me dizendo, que não houve nenhum relatório verbal, não houve nenhum relatório escrito, me parece que os procedimentos dessa Agência Brasileira de Inteligência estão deixando muito a desejar.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. Como... Reafirmando aquilo que eu havia dito para V.Exas., é a primeira vez em que eu presencio uma ação dessa natureza. Não houve... Pequeno período, estou aqui há cerca de 4 anos na casa e sempre trabalhei no âmbito da casa, internamente, em todas as nossas missões, todos os nossos trabalhos, a essa questão. Se a gente for para um congresso, se a gente for para um seminário, até se a gente for fazer uma viagem, uma missão, sempre há essa questão de você relatar isso aí, colocar num papel e tal. E nessa operação não houve, não houve essa questão.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso é que chama a minha atenção. Quer dizer, uma Agência Brasileira de Inteligência que não tem controle sobre seus agentes. Quer dizer, ou vai ter que modificar o manual...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Talvez a culpa não seja nem da Casa, porque todos nós somos devidamente — digo aqui, para os meus colegas — instruídos, capacitados, formados. Talvez tenha sido de uma norma do comando da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas as normas da Casa não estabelecem o controle por parte das chefias e a realização de relatórios após as missões? O senhor acabou de me dizer: *“Eu faço um congresso, vou lá e faço um relatório de que participei do congresso; faço uma viagem, vou lá e faço um relatório”*. É porque pede ou porque a norma manda?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sempre quando aconteceu comigo, aconteceu porque pediram. Eu não tenho conhecimento de que há essa obrigação de formalização. Acho até interessante, de repente, a pessoa dizer bater no âmbito do Congresso esse tipo de controle institucional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Tá o.k. Deputado Hugo Leal, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr. Depoente Lúcio Fábio, acho que ficou muito claro aqui já, por mais...., por todas as resposta que já foram dadas, mas de qualquer forma, pelo amor aqui ao debate, para que a gente possa chegar pelo menos a uma referência, eu vou mais ou menos na linha do Deputado Marcelo Itagiba, porque realmente talvez o que mais nos angustie nessa situação é exatamente essa ausência de amálgama, da ligação. São 2 instituições, e obviamente elas, cada uma... inclusive elas separadas do ponto de vista da estrutura organizacional do Estado. São 2 instituições que dependem, quer dizer, são ligadas a organogramas diferentes. Então, no mínimo, deveria haver, por mais secreta que fosse a operação, haver, no mínimo, um memorando, mesmo que fosse interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Hugo Leal, se me permitir, até para rememorar coisas antigas. Existia uma operação no âmbito da Polícia Federal com o SNI antigo chamada Operação KLM. Quem é antigo na Casa



sabe disso. E essa operação KLM, que se tratava de microfilmagem de agentes estrangeiros nos portos de entrada do território nacional, que é uma prática muito comum em todos os serviços de inteligência no mundo, ela existia mediante um protocolo assinado entre a mais alta direção do Serviço Nacional de Informação e o Departamento de Polícia Federal. E eu estou falando numa época do regime de exceção. Imagine num Estado democrático de direito em que nós vivemos hoje.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - É, Dr. Marcelo Itagiba, essa é uma realidade. Talvez nós estejamos aqui, a CPI, exatamente com esse papel de fazer uma avaliação mais aprofundada e tem esse ponto. Às vezes as pessoas perdem as referências, as mudanças; às vezes há um processo de evolução e às vezes ele vem acompanhado de um processo de involução. Acontece. Isso é triste no nosso quadro. Mas eu queria só pontuar aqui, mais uma vez, Sr. Lúcio Fábio, o senhor entrou na ABIN em 2005?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Por concurso?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Concurso público.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Concurso público. Quando o senhor entrou, o senhor ficou lotado com o Dr. Paulo Ramos, é isso? No setor...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, senhor. Desde o começo, eu sempre fui lotado em setores operacionais, desde o início, desde o primeiro ano, trabalhando com essa parte de análise de imagens de satélite.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Não, mas a minha pergunta é a seguinte: assim que o senhor tomou posse, o senhor foi lotado num departamento. Lembra qual foi o departamento?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Que eu me lembre, chamava-se, salvo engano, Departamento de Operações de Inteligência.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Departamento de Operações de Inteligência. Quem era o responsável, o diretor dessa época — lembra? —, quando você entrou em 2005?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - O Diretor, na época... Eu acho até interessante que, ao se debater acerca de nomes de profissionais de inteligência,



essa seção fosse transformada em secreta, porque isso tem a ver com a estrutura da Casa. Já é secreta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Já é secreta.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Os dados que estão aqui não vão depois ser publicados? A gente fica preocupado pela questão do impacto.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - A única coisa que eu queria saber é quem era o diretor do órgão, quando V.Sa. assumiu aqui o cargo.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Quem era o diretor geral..., V.Exa...

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Não, não. Do órgão que...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Da minha diretoria, especificamente?

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Da sua diretoria.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Era o Sr. Ramos, Dr. Ramos.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Ficou o Sr. Ramos. E quando foi extinto esse departamento, essa coordenadoria, e passou a ser Coordenadoria de Inteligência? O senhor lembra disso, em que período foi isso?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Olha, houve algumas mudanças. Eu cheguei aqui, era um diretor geral. E eu já estou... Eu passei por 1, 2, 3..., estarei no quarto diretor geral agora e não tenho nem..., talvez 4 anos de casa. E a cada mudança dessas, de direção, normalmente se faz uma...

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Novo organograma.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Um novo organograma, um rearranjo administrativo de acordo com a orientação dessa nova direção. Então, houve mudanças. Eu não sei precisar exatamente quando. Mas, pelo que estou me lembrando neste momento, primeiro houve um desmembramento de uma parte de contrainteligência e da parte do departamento de operações. Depois, o departamento de operações, salvo engano, ele foi extinto. Não tenho certeza da data, mas se não me engano foi no ano passado, início do ano passado, salvo engano, e foram criados outros setores operacionais.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - E nessa mudança, V.Sa. passou a integrar a Coordenação de Operações de Inteligência?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É, na última mudança..., eu estou dentro da Coordenação Geral de Operações de Inteligência.



**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Coordenação-Geral de Operações de Inteligência?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Está subordinado ao Departamento de Operações de Inteligência?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Salvo engano, hoje, essa Coordenação Geral de Operações de Inteligência está subordinada ao Departamento de Inteligência Estratégica.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Na oportunidade, quer dizer, de 2005 até essa operação, V.Sa. recebia as ordens para trabalhar na área referência de geoprocessamento por memorando ou eram ordens dadas diretas? Eram situações, operações? Como era a rotina do trabalho de V.Sa. antes dessa excepcionalidade?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - A maioria das ordens aqui, a grande maioria, são ordens verbais.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Ordens verbais?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Mas para trabalho específicos. Trabalhos normalmente específicos e também há possibilidade de que outros departamentos da Casa ou o próprio departamento a que eu esteja vinculado de que analistas de inteligência formulem pedidos, chamados de ordens ou pedidos de busca, acerca de determinado tema. E eles encaminham, então, à seção em que eu trabalho em eu, dentro do tempo oportuno, faço um comunicado ou um relatório e encaminho à autoridade que solicitou.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Obviamente, na intercessão das diretorias, do colegiado? Isso é normal...

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Pressupõe-se que sim.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - ... entre as diretorias e as coordenadorias?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Há as 2 coisas: há o pedido verbal... Teria um mapa acerca de tal e tal região, tal, tal. E há também, de vez em quando, o pedido de outro colega, geralmente de um outro departamento ou de níveis acima, em que ele passa por papel. Até porque, e aqui eu já lanço uma opinião, quando está no papel, deixa mais claro, até de forma técnica, como ser atendida, a bem do interesse público, aquela questão.



**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Era isso mais ou menos que eu queria entender, essa lógica aqui.

E, no momento dessa operação, V.Sa. foi contactado pelo seu chefe imediato? Quem era o seu chefe imediato?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Fui contactado naquela ocasião diretamente pelo Coordenador-Geral, meu Coordenador-Geral.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Como é o nome dele?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É o Brown.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Thelio Braun de Azevedo?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, senhor. Ele me passou esta determinação de comparecer ao Departamento de Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Convocou V.Sa. no gabinete, na sala, e comunicou que, a partir daquele momento, V.Sa. iria prestar serviços para uma operação da Polícia Federal?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Ele falou acerca de..., que eu procurasse um delegado, o Delegado Queiroz, na sede da Polícia Federal, que haveria..., que eu estaria realizando um trabalho no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Só essa informação?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - É. Não entrou em detalhes, só passou isso.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Já passadas essas informações que V.Sa. já prestou a esta CPI, tem um outro dado aqui que eu gostaria de deixar relevado. Quando estava no final da operação, V.Sa. se dirigiu ao delegado Queiroz manifestando exatamente a ele quando seria o encerramento da operação; que ele informou que essa operação iria até maio. V.Sa. poderia dar esse período..., o que aconteceu exatamente nesse período, quando V.Sa. fez essa manifestação para o Delegado Queiroz?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, senhor. Como eu disse, sempre oportunamente, preocupado com os trabalhos que haviam ficado parados aqui na Casa, eu perguntava a ele acerca do andamento, de quando seria concluído esse...

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Operação.



**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Aquele trabalho. E ele geralmente falava: “*Mais cerca de 20 dias.*” Lembro com muita clareza que ele usava sempre esse decurso de tempo de 20 dias. Ele falava: “Mais uns 20 dias.”. Foi passando, o tempo foi passando. Aí eu cheguei a pedir, então, que eu retornasse para a casa, haja vista que eu teria trabalhos para continuar.

Em momento algum... Quando eu fui para lá, eu não imaginei algo que iria demorar muito tempo. Eu nunca imaginei algo dessa natureza. Então... Se não, eu já teria falado logo, inicialmente.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Bom, é aí que está, Sr. Presidente, o interessante disso tudo, da manifestação... É importante destacar que... Tudo bem, estamos vendo aqui a situação, vamos dizer, uma forma de colaboração. Poderia até ser normal entre os órgãos de inteligência, uma operação de espionagem internacional. Mas acontece que o fato que me chama a atenção é que o depoente, no momento em que ele fez uma manifestação do retorno... Eu gostaria que V.Sa. confirmasse, no depoimento prestado à Polícia Federal, em 17 de setembro de 2008, ele diz o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - É o segundo depoimento, não é, porque há um do dia 12 e outro do dia 17. É isso?

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - É, no segundo depoimento. Ele diz o seguinte, abre aspas: “*Que o Dr. Queiroz havia lhe dito que a operação terminaria no mês de maio e, chegando o mês de maio, o depoente retornou ao seu trabalho na ABIN. Mas depois foi contactado pelo chefe, Brown, para voltar a trabalhar na operação. Que o depoente argumentou, reportando a dificuldade que tinha em face do excesso de trabalho de sua responsabilidade, na ABIN, e do curso que estava fazendo, tendo, ao final, admitido a possibilidade de trabalhar meio período, sendo que seu chefe...*”, o que chama a atenção, “... recomendou que entrasse em entendimento com o Dr. Queiroz.”

Preciso destacar isso, porque isso me parece... Uma questão é a colaboração; a outra questão é a subserviência. A ABIN está no organograma do sistema de inteligência... no organograma nacional, ela está subordinada à Polícia Federal? Porque essa recomendação de que entrasse em contato é manifestamente uma situação, para mim, totalmente inversa do que produz essa agência de



inteligência. E que ele... Ainda afirma o depoente que tentou entrar em contato por diversas vezes, o Dr. Queiroz estava ausente e esse entendimento não foi possível. Aí recebeu a comunicação de seu chefe de que seu trabalho não era mais necessário. V.Sa. confirma esse depoimento?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim, senhor. O senhor falando..., me lembro..., estou me lembrando agora... Exatamente. Foi exatamente isso que aconteceu.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Sr. Presidente, é só para poder fazer a confirmação do que nós estamos ouvindo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Se ele ratifica esse depoimento.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Ele ratifica esse depoimento. Ratifica?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Já disse, sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Do dia 17, que foi o segundo depoimento que o senhor prestou à Polícia Federal, é isso?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Sim. Todos os depoimentos feitos à Polícia Federal e a autoridades eu ratifico integralmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho, Deputado Hugo Leal, que seria talvez recomendável que esta CPI fizesse uma reconvocação do Sr. Thelio Braun para que explique. Porque, na verdade, é ele o responsável pelo comandamento dessas operações.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Sim.

Só uma outra pergunta, a última, para encerrar.

O Dr. Luiz Alberto Santos Sallaberry tinha essas informações também ou não? O Dr. Sallaberry.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não sei dizer. Não houve... No transcurso desse tempo aí, não tive contato direto acerca disso com o Dr. Sallaberry.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Ele nunca contatou com V.Sa, então? Nunca falou direto?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Acerca disso, em momento algum. Apenas essa questão do... Em nome da chefia, dos diretores, foi em razão dessas



mudanças dos departamentos institucionais. Mas o único contato... Não houve contato direto com o Dr. Sallaberry.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Só uma pergunta que havia ficado aqui, Deputado Macris. Eu fiz essa pergunta, mas eu acho que era bom...

O senhor em nenhum momento discutiu essa matéria nem com o Dr. Campana nem com o Dr. Paulo Lacerda nem ouviu deles nenhuma recomendação no que diz respeito à sua participação nessa operação?

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Não, senhor. Que eu me lembre, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Não havendo mais questionamentos, eu vou pedir que V.Sa. aguarde o término da sessão. Nós vamos ouvir agora o Sr. Jerônimo Jorge da Silva Araújo.

**O SR. LÚCIO FÁBIO GODOY DE SÁ** - Com licença. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço a presença de V.Sa. (Pausa.)

Jerônimo Jorge da Silva Araújo, que se encontra aqui, representado pelos seus advogados... Como é o nome dos senhores?

**O SR. RAUL CANAL** - Raul Canal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Raul Canal...

**A SRA. DANIELE CESAR DA SILVA MACEDO** - Daniele Macedo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - e Daniele Macedo, seus advogados.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor eu faço a leitura. Diz que se compromete a dizer a verdade, sob as penas da lei.

Eu já fiz a comunicação ao depoente anterior de que aqui nós estamos apurando os fatos e as verdades. Todos nós respeitamos muito e conhecemos o trabalho da Agência Brasileira de Inteligência. E muitas vezes acontece que os seus oficiais são colocados, por determinações superiores, em ações que muitas vezes não eram do entendimento, da compreensão desses agentes. Razão pela qual nós



estarmos fazendo essas inquirições, para saber o papel e de que forma V.Sas. foram trabalhar nessa operação específica.

Então, antes de passar à inquirição, eu dou um prazo de 10 minutos a V.Sa. para que faça uma explanação da sua carreira, quer dizer, o senhor é Oficial de Inteligência há tantos anos, qual é a atividade que o senhor desenvolve, de que forma o senhor foi parar nessa operação, o que o senhor fez nessa operação e para quem, e de que forma o senhor reportou essas suas ações aos seus superiores.

Então, está com a palavra V.Sa.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Meu nome é Jerônimo Jorge da Silva Araújo; eu estou há 28 anos, já, nesta Casa, trabalho no setor operacional. Em relação a essa operação, eu já me encontrava no Estado de São...na cidade de São Paulo, em outra atividade operacional, quando eu e um companheiro de serviço recebemos um telefonema de Brasília determinando que comparecêssemos, no dia 10 de março de 2008, ao Hotel São Paulo e nos apresentássemos ao colega Carlitos, um analista aqui de Brasília, e estaríamos à disposição, em apoio ao Departamento de Polícia Federal. Eu e o colega...No dia 10, essa reunião estava marcada para as 9 horas da manhã; nós chegamos por volta de 9h15min., 9h20min., tendo em vista o trânsito de São Paulo. Essa reunião já estava sendo concretizada, nós nos apresentamos lá no Hotel São Paulo, se eu não me engano, no 4º andar, no que fomos recepcionados por agentes da Policia Federal e encaminhados a uma sala, onde os outros colegas já estavam presentes. Estavam presentes naquele momento: o Delegado da Polícia Federal, o Dr. Protógenes, o Agente da Polícia Federal, Ranieri, o Policial Federal Walter. E o Dr. Protógenes já estava encerrando a sua orientação à equipe e, quando nós chegamos, eles nos recepcionaram. Ele nos disse da importância da participação e apoio da Agência Brasileira de Inteligência, por meio ali de seus agentes, e da sensibilidade daquela operação; que já estava para se retirar, e pediu que eu e o outro companheiro, que nos apresentávamos naquele instante, tomássemos conhecimento junto ao colega Carlitos, que já estava ciente do conteúdo dos trabalhos. Nós conversamos com o Carlitos, e o agente Walter nos chamou e chamou o colega que havíamos apresentado e disse que nosso trabalho seria diferenciado, que, no dia seguinte, às 9h, nós deveríamos estar ali, no Hotel São



Paulo, haja vista que os companheiros que nós encontramos naquela reunião ali já estavam alojados. E nós, como estávamos em outra situação, não estávamos, no momento, alojados no Hotel São Paulo. Às 9 horas, nós nos apresentamos, e o Agente Walter, o Policial Walter nos apresentou ao Agente Policial Eduardo e ao Policial Federal Roberto, e que nossa missão seria junto desses 2 policiais. Após o café, fomos convidados e ingressamos numa viatura descharacterizada, eu e o colega, e fomos à Superintendência da Polícia Federal na Lapa, em São Paulo. Lá, ingressamos junto com eles nessa viatura, inicialmente no parque de estacionamento, eles fizeram a identificação nesse acesso, ingressamos com eles; depois, ingressamos no prédio; fomos até o nono andar, desembarcamos do elevador; no final do corredor, havia uma porta, eles passaram a credencial, e nós ingressamos nesse local. Chegando a esse local, fomos conduzidos a uma sala pequena, de 2 metros e meio por 2 e meio, mais ou menos, onde existiam 2 computadores. Ali ficaram junto comigo o Policial Federal Eduardo e o outro colega foi para outra sala, acompanhado do Policial Roberto. Ali me foi dito o seguinte: *"Neste computador, eu vou te ensinar aqui o acesso..."* — foi-me passado um Daft chamado Borba. Foi dando passo a passo, mandou que eu inserisse essa palavra Borba e falou o seguinte: *Aqui há um conteúdo atrasado, é uma demanda atrasada, a sua missão aqui é ouvir toda essa demanda, fazer um resumo e colocar um asterisco, nesta pasta, dentro do próprio computador*". A partir daí, segundo o Agente da Polícia Federal, o Agente Walter tomaria conhecimento e faria a análise. E esse foi o trabalho que a gente desenvolveu dentro da Superintendência durante todo o período que ali permanecemos. Foram resumos desse conteúdo que existia naquela computador. E colocávamos então um asterisco para ser analisado mais à frente. Esse foi o primeiro período. Eu me apresentei em São Paulo para outra missão, meu período era do dia 4 de março a 26 de março de 2008. No dia 10, foi quando houve a determinação que eu me apresentasse para um serviço de apoio ao Departamento de Polícia Federal. No dia 25, encerrou a minha participação. Dia 26, eu returnei a Brasília. Aqui não houve nenhum relatório escrito ou verbal. Quando foi próximo ao dia 15 de abril, aí já fui chamado ao Setor de Contra-Inteligência, quem estava encarregado dessa operação, e me foi consultado se estaria em condições de viajar por 15 dias a São Paulo no mesmo serviço, em apoio à Polícia Federal. E



assim foi feito. Eu e o colega que trabalhamos juntos na última vez, junto com parte da equipe, embarcamos e fomos para São Paulo. Chegamos a São Paulo e nos apresentamos de novo no Hotel São Paulo. E ali a nossa missão, minha e do companheiro, foi a mesma: fomos encaminhados, juntamente com o agente Roberto e o agente Eduardo, da Polícia Federal, ao prédio da Superintendência da Polícia Federal. Lá, passamos provavelmente de 8 a 10 dias, nesse trabalho, excluindo os finais de semana, em que nós não trabalhávamos. Feito esse trabalho nesse período do dia... o nosso período seria do dia 15 de abril ao dia 30 de abril. Mais ou menos, uns 8 dias trabalhamos no prédio da Polícia Federal. Aí nos foi solicitado que retornássemos ao Hotel. No Hotel, na mesma sala, no mesmo local, onde nós havíamos nos apresentado na primeira e na segunda vez, colocaram-nos à frente de um computador e ali o agente Walter disse o seguinte: “*Aqui, dentro desse computador tenho... aqui, na tela do computador há um conjunto de...*” eu não me recordo bem se números, ou letras, ou data, “... você vai clicar aqui, aqui vai surgir um áudio, e eu preciso que você faça a transcrição na íntegra”. E assim foi feito durante 2 dias. E essa foi a minha participação nessa operação Satiagraha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Quanto tempo o senhor disse que o senhor tem de experiência nesta Casa?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Eu estou aqui há 28 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vinte e oito anos.

Esta Casa tem padrões rígidos de controle dos seus servidores?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E é comum, ou não faz parte dos relatórios, não faz parte das normas da Casa, a produção de relatórios toda vez que um agente se vê envolvido em uma missão?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, quando a missão se trata da Agência Brasileira de Inteligência, o encarregado de caso ou o analista ou o chefe de equipe produz um relatório para a Agência Brasileira de Inteligência. No caso dessa operação, nós estávamos à disposição do Departamento de Polícia Federal e não tínhamos por que produzir nenhum tipo de relatório para esta Casa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o que o senhor está me dizendo é que, como os senhores foram disponibilizados para o Departamento de Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência se omite do seu mister de órgão de inteligência e não produz nenhum conhecimento em cima daquilo que é realizado pelos seus agentes, é isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Eu vou explicar ao senhor: no meu caso, que sou um agente operacional, não me cabe, não me cabe fazer nenhum tipo de relatório, principalmente, num caso desses, em que estávamos cedidos, a integrantes aqui da Agência Brasileira de Inteligência. No meu caso, eu não fiz nenhum relatório, nem por escrito nem verbal, ao retornar dessas 2 oportunidades de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para eu entender bem, o senhor falou cedido, quer dizer, havia uma cessão formal do servidor da ABIN para o Departamento de Polícia Federal, publicada no *Diário Oficial*. É isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, eu recebi uma determinação de que me apresentasse ao Hotel São Paulo, ao colega Carlitos, que já estava com a equipe lá, nesse hotel, para prestar um apoio ao Departamento de Polícia Federal. Foi essa a ordem que eu recebi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então não foi uma cessão. Na verdade, o senhor foi numa missão da Agência Brasileira de Inteligência em apoio ao Departamento de Polícia Federal.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E, quando o senhor faz esse tipo de missão, não existe uma norma na Casa que estabeleça a necessidade de fazer relatórios, nem que sejam verbais, aos superiores hierárquicos que os encaminharam a uma missão.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - No meu caso, como Agente de Inteligência, não me cabe fazer esse relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Porque, por exemplo, no Departamento de Polícia Federal, obviamente não estou falando da ABIN, toda vez que uma missão é determinada a um servidor, existe um documento chamado "ordem de missão", que é o documento que vai garantir a atuação desse servidor.



Ou seja, se amanhã for preso, se amanhã ele vier a falecer em serviço, para que sua família esteja resguardada, então é uma ordem de serviço oficial que fica registrada nos anais do departamento. Quando volta da missão, é necessário fechar aquela ordem de missão que foi aberta e é feito um relatório de missão. Isso não acontece no âmbito da ABIN. É isso que você está me explicando?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - No meu caso, como agente não encarregado dessa operação, e sim como um integrante que foi apoiar, não me cabe fazer um relatório. Não me cabe fazer um relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem designou o senhor para essa missão?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Recebemos um telefonema do Sr. Rui da Costa Pereira, o Vice-Coordenador da parte de Operações de Inteligência. Esse telefonema chegou, o colega recebeu; como disse anteriormente, nós estávamos em outra atividade da Agência, o telefonema e disse: "Jerônimo, o Sr. Rui determinou que nos apresentássemos no Hotel São Paulo. Vamos nos encontrar com o Carlitos, que já estará lá com a equipe para empenharmos apoio à Polícia Federal". Foi isso. Nessa determinação, entendemos que essa parte de planejamento, de organização, em termos de documentação, para mim, como agente, ela está totalmente definida. Cabe-me cumprir o que foi determinado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor largou a missão que estava fazendo, ou passou para outra pessoa fazer essa outra missão que o senhor vinha fazendo, institucional da Casa, e foi fazer essa missão. Daquela que o senhor largou, o senhor passou, por exemplo, o serviço para alguém que assumiu o seu trabalho ou...

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Estava, naquela oportunidade, um grupo envolvido nesse trabalho. Desse grupo de 5 pessoas, 2 foram retirados e nos apresentamos no Hotel São Paulo para cumprir essa missão de apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Essa é primeira missão de apoio que o senhor faz?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Nos 20 e tantos anos de atividade, o senhor nunca fez uma missão de apoio a nenhum outro órgão do Governo Federal?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - No meu caso, não senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - No seu caso, não. E o senhor sempre trabalhou na área de operações?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Sempre trabalhei na área de operações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Trabalhou na 3, é isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor, quando trabalhava na 3, na área de operações, e o senhor saía numa determinada missão, o senhor não fazia um relatório verbal nem por escrito para os seus chefes? Uma campanha que o senhor fosse fazer? Uma vigilância que o senhor fosse fazer? Um levantamento que o senhor fosse fazer, o senhor não teria que informar à sua chefia?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, se eu estivesse recebendo uma missão isolada, no retorno confeccionaria um relatório de missão e entregaria ao meu chefe direto. Se fosse uma missão em grupo ou responsável pelo grupo, ele, então, redigiria esse relatório e entregaria ao encarregado de caso ou a quem pagou a missão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor tem muita experiência em interceptação e degravação?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor nunca trabalhou com isso na Agência Brasileira nem no Serviço Nacional de Informações?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor não achou estranho ser colocado para fazer uma atividade que o senhor não conhece?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, houve essa determinação de nos apresentar para um apoio. Chegamos lá e foi essa missão que nós recebemos. Não tínhamos conhecimento de como funcionava, da forma que



funcionava. Não tinha visto esse tipo de equipamento, nem tinha noção de como era feito, da forma como se produzia. Não sei por que fui escalado para esse tipo de operação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Já que não era algo que o senhor conhecia, algo que o senhor não fazia e foi-lhe colocada essa situação de fazer algo que o senhor não sabia fazer, em tese, o senhor não comentou com o seu superior direto que achava estranho o senhor fazer algo que, em tese, não lhe cabia fazer? Compete à Agência Brasileira de Inteligência fazer degravação de áudio?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelênci, recebemos essa determinação de apoio. Existiam pessoas que estavam cientes do trabalho, pelo menos é o que presumíamos, que estava sendo realizado. Com certeza, 2 órgãos federais, em trabalho em conjunto, as autoridades competentes certamente estavam cientes do tipo de trabalho. Então, não me cabia discutir — como vou me expressar? — o trabalho que eu estava desenvolvendo ali. Na minha concepção, se me mandaram executar aquele trabalho, é porque existia todo um entrosamento e um acerto já entre as autoridades competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor ratifica o seu depoimento prestado à Polícia Federal no dia 10 integralmente?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Todo. Integralmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, pelo seu depoimento, o senhor teve acesso a áudios, provenientes de interceptação telefônica, e fez a devida degravação. É isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelênci, no primeiro período, como disse inicialmente, fazíamos um resumo. Esse resumo era feito no próprio computador. Ali se colocava um asterisco, que seria analisado, conforme orientação do agente da Polícia Federal Eduardo, pelo Agente Walter. Na outra oportunidade, que foi no Hotel São Paulo, por 2 dias, o computador já estava ali disponibilizado, já estava ali aberto, os arquivos seriam com data, nome e ali se acessava..., ali foi solicitado que fizéssemos essa transcrição na íntegra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Obviamente foi-lhe dada uma senha para o senhor se cadastrar e ter acesso ao Guardião, é isso?



**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, no primeiro período e no período em que trabalhamos na Superintendência da Polícia Federal, esse código de acesso foi-nos passado, no meu caso, pelo Agente da Polícia Federal Eduardo. Ele me deu o nome “Borba” de modo que eu inserisse essa palavra “Borba”. A partir dali, ele me ensinou, passo a passo, como seria o procedimento. Até ele me perguntou: “Você tem conhecimento? Sabe operar?” Eu falei que “não”, que nunca tinha operado aquele tipo de aparelho naquela situação ou em outra qualquer situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, deram-lhe uma senha, mediante cadastro, ou essa senha pertencia a uma outra pessoa?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, eu recebi esse nome “Borba” para acessar. O Eduardo, o Policial Federal Eduardo, ele ficou no mesmo espaço onde eu estava — existiam 2 computadores — e a orientação dele foi esta: “Você insere aqui o nome ‘Borba’”. A partir daí, ensinou-me, passo a passo, o que eles disseram que eram áudios acumulados e que iríamos ajudá-los a fazer resumo sobre aqueles áudios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, o senhor teve acesso direto ao equipamento chamado Guardião, do Departamento da Polícia Federal, mediante essa senha “Borba”. É isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Está certo. Uma outra questão que me parece interessante é que, nesse período em que o senhor esteve lá, o senhor operou dentro da Polícia Federal na primeira vez e, na segunda vez, o senhor operou num aparelho, é isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Vou explicar ao senhor, Excelência. Num segundo período, ao chegar, trabalhei também dentro da Superintendência da Polícia Federal. Aproximadamente uns 8 dias — 2 dias após esses 8 dias, 2 dias —, a orientação que o agente Walter nos deu foi a seguinte: “Vocês vão ficar num hotel.” Lá existia uma sala, tipo uma sala de reunião, como se fosse uma base da Polícia Federal. O nosso trabalho ali, então, passou a ser com esse computador, com esses números ou letras — não me recordo perfeitamente, e



ali o trabalho era diferenciado. Qual? O trabalho em que se ouvia um áudio e se fazia a transcrição, na íntegra, desse áudio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para entender bem: o senhor falou Hotel São Paulo. O que era? Era um quarto em que o senhor dormia? Era um quarto operacional? Era um quarto em que alguém dormia? O que era isso, no Hotel São Paulo, que eu não entendi bem?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, nós ficamos, no meu caso e do outro colega, depois de receber essa missão do dia 10, nós nos alojamos, por orientação, com o restante da equipe no Hotel São Paulo. No quarto ou quinto andar do Hotel São Paulo existia um local, um corredor. Existia uma grade, ali tinha uma campainha, a gente acessava aquela campainha. A partir desse instante, vinha um Policial Federal, abria aquela grade e, a partir daí, ingressávamos. Era como se fosse tipo um escritório, mas no quarto onde nós dormíamos, em hipótese alguma tivemos acesso a nada, nem material...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, havia uma base operacional da Polícia Federal no Hotel São Paulo, é isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Entendi. Uma coisa que não consegui compreender bem esse trabalho que o senhor desenvolveu lá nessa base operacional no Estado de São Paulo, quem pagava as suas diárias era o Departamento de Polícia Federal ou era a Agência Brasileira de Inteligência?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, nós recebemos a nossa parte, a nossa diária, aqui, pela Agência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Depositada em conta ou em espécie?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Foi depositado em conta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor recebeu alguma ajuda de custo da Polícia Federal lá?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não senhor, em momento algum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, quer dizer, o senhor estava lá, e aí fica uma pergunta que eu não consigo entender. Se o senhor recebe



uma diária para o cumprimento de uma determinada missão, essa missão tem que estar coberta por um documento, ou não?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, como agente não me cabe assinar um documento ou produzir esse documento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor não está entendendo a minha pergunta. A minha pergunta é uma pergunta administrativa para quem tem 28 anos de Casa. Se para você receber uma diária formalmente depositada na sua conta do Banco do Brasil, é porque uma ordem de serviço, no mínimo, tem que ser expedida para que isso que aconteça.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Com certeza, com certeza, com certeza, mas essa ordem de serviço, esse planejamento, eu não tenho acesso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor não tem acesso a isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que a CPI vai ter que requisitar esse documento por parte da Agência Brasileira de Inteligência, para que nós possamos ter acesso a qual foi o documento que formalizou a entrada de todos esses agentes nessa operação, porque eu acho que vai ser importante para que a gente possa entender de que forma os senhores foram trabalhar nessa operação. Eu, no momento, não tenho mais pergunta; vou passar ao Relator para os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Deputados, bom dia. V.Exa. acho que já fez algumas perguntas que considero que são fundamentais. Eu queria só esclarecer alguns aspectos. Primeiro, é porque eu entendi aqui, Sr. Jerônimo, o senhor era subordinado ao Sr. Thélio Braun, não é isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - É o Coordenador do Departamento de Operação de Inteligência.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Indicado pelo Sr. Luiz Alberto Sallaberry. Mas, pelo que o senhor informa aqui no seu depoimento, o senhor teria



sido designado pelo Dr. Rui da Costa Pereira. Qual é a função do Dr. Rui da Costa Pereira?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Ele é o substituto Dr. Thélio Braun d'Azevedo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então ele estava no comando na época, o Dr. Thélio estava afastado?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** – Ou ele recebeu determinação do Dr. Thélio para repassar a V.Sa.?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, nós estávamos em São Paulo e o telefonema foi realizado pelo Dr. Rui da Costa Pereira.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Esse dinheiro está em nome do Dr. Thélio ou está... O senhor tinha que se apresentar na ABIN para o Dr. Queiroz e pronto.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Certo. O que o senhor considera como áudios atrasados? O senhor se refere 2 vezes aqui na...

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, foi isso o que foi dito pelos responsáveis pela operação da Polícia Federal. Foi isso que nos foi passado no momento; isso é o que foi dito.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas o que significa áudio atrasado?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, é que é um acúmulo de áudios com datas já vencidas, acumuladas.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Entendi. Pelo que entendi no depoimento de V.Sa. aqui, num primeiro momento, o senhor apenas fazia uma, vamos dizer assim... uma inspeção rápida, porque houve diferenças entre uma participação e outra. Aquele momento era só resumo.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Era só o resumo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Ou seja, V.Sa. tomava conhecimento daquele material e dizia o seguinte: "*Esse material se refere a*



*conversa de Daniel Dantas com a irmã dele".* Pronto. Era só, V.Sa. lia o material e classificava ele para uma referência.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Eu não fazia, eu não fazia uma análise. Eu ouvia aquele conteúdo e dependendo desse conteúdo, se era conteúdo longo, a gente colocava um asterisco e a avaliação não era feita por nós.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas V.Sa. tinha acesso a todo o conteúdo para poder fazer uma classificação?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Do áudio, sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Era áudio?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Era áudio de interceptações de comunicação telefônica?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Era o áudio que estava disponibilizado.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Aí V.Sa. ouvia, classificava, fazia um asterisco, para depois...

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Se fosse...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O oficial, o oficial encarregado de fazer a degravação e fazer o relatório, saber do que se tratava aquele material.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** – Bom, isso foi na primeira fase. Depois, aí, parece, pelo que houve aqui, V.Sa. foi encarregado de ouvir o áudio, de fazer a transcrição e fazer o relatório.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, foi o relatório. Ali estava disponibilizado o computador com esses áudios, já no hotel em São Paulo, nessa base, e ali a gente ouvia na íntegra, e tudo o que estava dentro daquele áudio era transscrito como se fosse o Word, era transscrito ali no programa tipo Word.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então V.Sa., nesse caso, fazia o trabalho de transcrição.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Só transcrição, na íntegra.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Na íntegra, mas não fazia relatório.



**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor. Em momento algum eu fiz relatório.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E depois da transcrição, isso era encaminhado para quem?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Esse material, a orientação era fazer a transcrição e ele ficava nesse próprio computador. Terminada a transcrição — foram 2, no meu caso foram 2 —, eu não tinha mais acesso a ele.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então V.Sa. ouvia, transcrevia, teclava o depoimento.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E ficava lá acessado no computador.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Pelo que eu entendi aqui, num primeiro momento esses áudios eram ouvidos no Sistema Guardião.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E depois, em São Paulo, não era o Guardião, era um outro sistema?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, ali eles estavam só disponibilizados, eles estavam disponibilizados. No meu depoimento se fala em sistema, é porque realmente eu não tenho como avaliar, eles estavam disponibilizados na tela.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas não eram o Guardião.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - V.Exa. conhece o Sistema Guardião?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, eu conheci o Sistema Guardião a partir do momento que fui, que eu trabalhei lá na Superintendência, pelo menos foi-me apresentado dessa forma.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E como é que V.Sa. sabe que, o que era... bom, então está aqui o Excel, o Sistema Guardião, e quando chegou em São Paulo, porque o Guardião é um negócio de um computador com um *software*,



vai depender do tipo de configuração, tem mais capacidade de interceptação e armazenamento, mas são computadores na verdade. O que levou V.Sa. a concluir que aquele sistema de São Paulo era um Guardião?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Olha, Excelência, ali, pelo tipo de trabalho que estava sendo feito, ali era, era, era, como eu disse para o senhor, foram 2 gravações de íntegra, foi só isso que me passaram.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então, V.Sa. conclui que não era um Guardião, por quê? Porque o Guardião é um sistema todo controlado. Você tem senha para entrar, acesso fica registrado, tudo direitinho. Esse não, era um computador que tinha um áudio lá e pronto.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Esse computador, Excelência, ele já estava no hotel, ele já estava ali disponibilizado. Ele já estava ligado e na tela existiam esses, esses números ou datas.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas V.Sa. concluiu que não era um Guardião porque era um equipamento que não era auditável, não tinha controle maior de acesso, registro, essas coisas todas. Porque o Guardião é um sistema todo auditável; então, tem que ter um administrador, para entrar você tem que ter a senha, fica registrado lá quem entrou, quando entrou, com que senha entrou, tudo direitinho, e esse computador lá de São Paulo não tinha nenhum tipo de controle dessa natureza.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - O que eu disse no meu depoimento, Excelência, é que era, o trabalho foi diferente, de uma forma diferente nesse, nesse outro computador ali, foi isso o que eu disse.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas aqui está no depoimento que era outro sistema, que "...além disso, na base do hotel, o depoente acessava outro tipo de sistema, do qual não se recorda o nome, mas pode afirmar que era um sistema diferente do Guardião, e que os áudios que eram acessados pareciam estar gravados no próprio computador que era utilizado para degravação".

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, eu não tenho como dizer que o tipo de sistema era aquele ali.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas era um sistema auditável?



**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, o computador, creio que todos eles são, devam ser auditáveis.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas V.Sa. afirma em seu depoimento que não precisava de senha para poder entrar no sistema.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor, nesse ali, não. Nesse ali, esse material estava dentro desse computador, ele já estava disponibilizado e a minha função ali era simplesmente a transcrição de um áudio por completo, na íntegra.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E também afirma, acho que o Deputado Marcelo Itagiba já perguntou em relação ao acesso ao Guardião, que foi-lhe franqueada uma senha.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Sim senhor, na Superintendência da Polícia Federal eu trabalhei junto com o agente, com o policial Eduardo e ele então foi dando os passos: "Você, insere agora a palavra "borba". Então essa aí era a senha de acesso.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não foi perguntado de quem era essa senha?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor. Foi passado ali, eu executei o trabalho que foi solicitado. Apenas isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Existia algum policial Borba trabalhando na missão?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, eu não conheci.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Quando era feita essa transcrição, o senhor esteve na Superintendência com o Sr. Ambrósio alguma vez?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Ele não participava dessa?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Os áudios eram degravados com fone de ouvido ou eram ouvidos abertamente?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Com fones.



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Todo mundo fazia degravação lá?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Senhor?

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Todos que estavam lá faziam degravações?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - No meu caso ali, que eu trabalhei junto com o agente Eduardo, ele utilizava fone e eu também utilizava fone. Lá no hotel, em São Paulo, também o acesso, na hora de ouvir o áudio se utilizava fone.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O senhor se recorda ter ouvido alguma interceptação onde houvesse referências à empresa Kroll?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor, em momento algum.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Alguma interceptação que houvesse referência ao Sr. Avner Shemesh?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor, em momento algum.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Alguma informação que diz... algum indício de que o Sr. Daniel Dantas teria feito interceptações ilegais?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não senhor, em momento algum.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O senhor se recorda, essas interceptações eram, como eram áudios atrasados, o senhor sabe precisar se eram da Operação Satiagraha ou da Operação Chacal?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, na configuração, ali no passo a passo, aparecia o nome Satiagraha.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Em nenhum momento apareceu nada em relação à Operação Chacal?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência. Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Havia reuniões coletivas para discutir a missão?



**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor, Excelência.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Cada um recebia a sua missão e não discutia? Fazia e pronto?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - A primeira, na primeira reunião nós já chegamos por volta de 15 a 20 minutos após o início da reunião, que estava programada para as 9h da manhã, os colegas se já tinham recebido a tarefa deles. A nossa foi...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não houve, não houve nenhum questionamento por parte de V.Sa., por ser da Agência Brasileira de Inteligência, isso não estar dentro da missão da Agência... no caso, não diria que V.Sa. não fez interceptações, mas teve acesso a conteúdo protegido sob sigilo. Isso não foi questionado em nenhum momento?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, não foi questionado porque havia um trabalho em conjunto da Agência Brasileira de Inteligência com a Polícia Federal. Isso a gente entende que esse, esse, vamos chamar, esse entendimento já havia sido feito pelas autoridades competentes.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Que interesse das autoridades competentes?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Bom, a Polícia Federal, o encarregado da Polícia Federal com a direção da...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Quando V.Sa., me parece que já estava em São Paulo fazendo outra missão, não é isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente, Excelência.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Aí, o senhor recebeu uma ligação do Dr. Rui.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Quem recebeu foi o colega que estava comigo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Era o seu colega.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O diálogo foi com ele? Não manteve diálogo com V.Sa.? Ele também não falou com V.Sa.?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Ele falou com o seu colega?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Falou com meu colega, o Landim.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Bom, então ele falou para o Landim: “*Olha, você e o Jerônimo têm que se apresentar lá para o Delegado Protógenes...*” e tal e pronto?”

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas não é possível que ele não tenha dito: “Por determinação do Dr. ... Por determinação do Dr. ...” O Dr. Rui era o segundo homem do Dr. Braun, não é isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então, ele disse o seguinte: “Tem aí um entendimento entre a Polícia Federal e a ABIN e eu estou determinando que V.Sa. se apresente lá”, foi isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - O colega recebeu, o colega recebeu esse telefonema e disse o seguinte: “*Jerônimo, é determinação de Brasília que a gente nos apresente em um hotel em São Paulo para um serviço em apoio à Polícia Federal*”. Pronto.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Sem mais esclarecimentos?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Depois disso não foi feita nenhuma pergunta em relação ao Dr. Rui, ao Dr. Braun, sobre essa operação, sobre essa cooperação?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor. Essa operação... no retorno da operação, não houve nenhuma solicitação de relatório.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas os senhores ficaram recebendo pela ABIN?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - As diárias pela ABIN e tudo pela ABIN?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente. Agora...



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Você diria que foi uma cessão informal?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, eu não posso dizer se foi uma coisa informal, porque eu recebi uma ordem de me apresentar para prestar um apoio.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas não tem, não tinha nenhuma, é normal quando tem uma cessão dessa natureza ser verbal? Tem que ter uma... uma determinação formalizada por escrito. Até para saber, o senhor passou 1 mês, não sei, 15 dias e mais 15, fora, recebendo do contribuinte, para até depois quando tiver uma auditoria saber onde é essa gente estava, não é?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, na minha condição de agente, o que ocorreu comigo foi exatamente isso. Recebi determinações...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Alguma vez o senhor tinha sido cedido para uma outra operação?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Foi a primeira vez que foi cedido?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Primeira vez.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Tem conhecimento de algum agente aqui que tenha sido cedido para alguma operação anterior dessa forma para a Polícia Federal, alguma operação?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não entendi a sua pergunta.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - V.Sa. tem 28 aqui anos. Começou no SNI. Na época não era ABIN, era SNI, não é isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então, porque tem 28 anos o senhor conhece muito a casa aqui.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exato.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Há uma cooperação entre os centros de inteligência entre a ABIN, a Polícia Federal e outros órgãos. Quero saber



se V.Sa. tem, se recorda, ou tem conhecimento de algum colega de V.Sa. que teria sido cedido, nestas mesmas condições, para uma outra operação da Polícia Federal?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, dentro da Agência Brasileira de Inteligência, há o que chamamos de compartimentação e a necessidade de conhecer. Eu não preciso conhecer o que o outro colega está fazendo, ele pode estar inclusive na mesma sala que eu, desenvolvendo outro tipo de trabalho, e eu não tenho acesso nem tenho necessidade de conhecer aquilo que ele está produzindo e vice-versa, se for o caso.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas V.Sa. não tem, porque nesses 28 anos nunca foi cedido para uma operação conjunta?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor. Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas participou de cooperações com outros órgãos nesse período?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência. No meu caso, não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Nunca participou de nenhuma cooperação no sistema brasileiro?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Compartilhamento de informações e interações?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor. A minha função na parte de operações, sou um agente de campo. Eu vou ao trabalho no campo e retorno. Se sou o chefe da equipe, faço um relatório. Se estou dentro de uma equipe, o encarregado da equipe faz esse relatório.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E entre essas funções está a de fazer escuta ambiental?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor. Nunca fiz.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas os agentes aqui, dentro da competência, fazem escuta ambiental.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor. Não tenho conhecimento disso.



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - A ABIN não faz escuta ambiental?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Presidente, por hora me dou por satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Só uma coisa que não entendi bem. O senhor disse que nunca participou de operações integradas com outros órgãos, sendo o senhor um homem de campo, um homem de operações. Apenas para que não fique aqui um registro equivocado, talvez seja... o senhor nunca trabalhou em apoio a uma operação do IBAMA, nenhuma operação da Polícia Federal, vamos dizer na região da tríplice fronteira...

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente. Eu nunca participei de uma situação... Essa foi uma situação atípica. Nunca participei assim. As operações de que nós participamos, elas são coordenadas pela Agência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor se lembra, o senhor com tanto tempo de casa deve ter participado de Operação Garimpo.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Essa operação era coordenada pela agência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso que eu estou dizendo. Para que não fiquem amanhã dizendo: olha, ele faltou com a verdade.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Sim, sim...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, eu estou querendo só refrescar a sua memória, porque o senhor deve ter trabalhado integrado em algum momento com outros órgãos.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - O meu entendimento, quando o senhor levantou essa questão, o meu entendimento é como se eu tivesse sido cedido para um outro órgão federal para participar da operação. No meu caso, não foi. As operações de que participei que, por acaso, tivessem também integrantes de outras organizações, elas eram coordenadas pela agência, coordenadas aqui pelo serviço na época. Vou dizer, é a primeira vez que me vi numa situação como essa, que fomos trabalhar sob o controle de outro órgão.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma pergunta aqui, até para ilustrar essa sua explicação, quer dizer, o senhor já participou de operações integradas com a coordenação da ABIN e os outros órgãos com as suas coordenações trabalhando de forma conjunta, dentro de determinadas normas e de determinados protocolos. Até porque nós temos uma boa memória, nós nos lembramos que Coronel Moacir foi oriundo desta Casa, foi nosso Diretor-Geral, o Coronel Araripe foi oriundo desta Casa e foi nosso Diretor-Geral na Polícia Federal e outros que até por aqui passaram, como cedidos a esta Casa, institucionalmente cedidos, como eu também já tive, no âmbito da Polícia Federal, servidores cedidos desta Casa trabalhando lá. Então, quer dizer, no seu caso não é o que eu chamo de uma cessão formal, no seu caso o senhor foi por determinação da ABIN participar de uma operação conjunta ou de uma cooperação integrada com a Polícia Federal, porque não houve cessão formal. O senhor recebeu uma determinação do seu chefe para apoiar uma determinada operação, sob o comando da Polícia Federal, é isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O que lhe parece uma coisa atípica, na sua experiência lhe pareceu uma coisa que não era normal dentro da instituição, é isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, foi a primeira vez que eu participei de uma situação dessa natureza, em que o controle não era da agência; o controle, sim, era da Polícia Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor hoje, revendo essa situação toda, lhe parece atípica, anômala, incorreta ou até mesmo indevida essa sua atuação nessa ação por determinação de seus superiores?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, acho que não me cabe opinar numa situação dessas. Acho que, se houve um entendimento entre a direção dos dois órgãos, aí me coube simplesmente cumprir a função que me foi mandada ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acredito nisso. Eu tenho plena consciência disso. O senhor recebeu uma determinação. Aliás, o senhor usou uma expressão muito interessante: “*Se houve um acordo entre a direção dos dois órgãos...*” O senhor tocou num ponto crucial, que eu acho que é muito



importante nessa questão que nós estamos apurando. Eu acho que, se houve uma integração entre a direção dos 2 órgãos, isso é possível. Se não houve essa integração entre a direção dos dois órgãos, parece-me que talvez essa não tenha sido a forma mais correta de se atuar. Não que os senhores tenham culpa pela atuação que fizeram, mas acredito eu que os seus superiores têm culpa em determinar aos senhores que fizessem uma operação que talvez não estivesse no âmbito daquilo que era o normal, daquilo que era protocolar dentro da instituição. Aliás, o senhor é um homem com 28 anos de casa e sabe como é que essas coisas funcionam, até porque essa integração já foi feita de várias maneiras, de várias formas, mas sempre de uma forma institucional.

Vou passar a palavra ao Deputado Macris ou o Deputado Fruet, que desejam fazer uso para questionamento.

O Deputado Macris com a palavra.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Algumas indagações só, Sr. Jerônimo. O senhor prestou um depoimento só na Polícia Federal?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor. O primeiro depoimento foi prestado ao Dr. Amaro, que apurava a questão do vazamento. E foi um segundo depoimento ao Dr. Murad, na sede da Polícia Federal, que versava sobre a possível gravação entre o Ministro Gilmar Mendes e o Senador Heráclito.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor... Os dois depoimentos o senhor reafirma aqui perante esta CPI?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Exatamente, aí estão as duas declarações que eu fiz nessas duas oportunidades.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Muito bem. O senhor teve essa participação por acaso nesse levantamento feito para apurar essa situação onde o Ministro Gilmar Mendes e o Senador Demóstenes foram gravados?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, eu fui chamado a depor, e o meu depoimento foi... Eu disse no meu depoimento exatamente a minha participação na Operação Satiagraha, porque foi o que ocorreu.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Nesse caso, o senhor não sabia de nada?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não teve nenhuma participação?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor ouviu vários depoimentos? Fez degravação de vários depoimentos? Quantos áudios o senhor teria ouvido?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, lá na superintendência eram inúmeros áudios, então se fazia um resumo e esse resumo ficava ali no computado e analisado pelo agente *in loco*, pelo menos foi a orientação que eu recebi.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor teve contato com o Dr. Protógenes?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Quando nós nos apresentamos no Hotel São Paulo, o Dr. Protógenes estava presente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor estava por acaso junto com o Agente Lúcio também?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não estava. Ele teria dito o porquê dessa operação para o senhor?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, nós já chegamos praticamente no final da reunião. O que nos foi dito...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Eu já entendi. Depois ele repassou para os outros agentes e tal.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Mas ele chegou a expressar para o senhor, ele pessoalmente, o motivo da operação?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, ele disse só que a participação nossa era importante, que a participação da agência era importante e que era uma, como eu disse, uma operação... Me foge o termo agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Interesse.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não foi esse termo que eu utilizei, Excelência. Me foge agora o termo, eu não me lembro exatamente, mas



falou da importância da participação da agência e a sensibilidade, a sensibilidade da operação. Foram essas as palavras do Dr. Protógenes.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - E o senhor sabia se tinha autorização judicial ou não para ouvir, para essas gravações terem sido feitas?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, nós não tínhamos conhecimento se havia documentação da operação. Ali nós fomos em apoio. Foi a determinação que eu recebi.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O procedimento foi normal, o senhor entende? Eu só queria a sua reafirmação. O senhor entende se foi normal essa operação de cooperação sob o comando de uma outra...? O senhor disse que nunca aconteceu na sua carreira pública.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, no período em que eu estive aqui, as operações de que eu participei, elas foram coordenadas pela agência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sempre pela agência?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Sempre pela agência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Foi a primeira vez que o senhor participou?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - A primeira vez assim nessa situação, que estivesse em apoio; e essa operação estava sendo coordenada por um outro órgão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor sabe se outras operações comandadas por outro órgão teriam tido a cooperação da ABIN?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não sabe ou nunca aconteceu?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não sei, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não sabe. O senhor sabe se essa operação teria acontecido sem o conhecimento da Direção-Geral ou com o conhecimento da Direção-Geral?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, como eu disse aqui, eu recebi essa determinação de me deslocar e trabalhar em apoio. Então, o entendimento é que essa...



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor parte do princípio que sim.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Eu parti do princípio de que houve já um entendimento entre as direções dos órgãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a pergunta específica, no entendimento entre os órgãos, a pergunta que eu acho que o Deputado Macris está fazendo, se ele me permite interpretar...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - ... é se a direção da Agência Brasileira de Inteligência tinha conhecimento da sua missão?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Exatamente.

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, aí não me cabe discutir. Eu recebi uma determinação do meu chefe. A partir desse momento, no meu entendimento já houve todo um procedimento em termos de documentação, de acerto. A única coisa que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Pela sua experiência de 28 anos, algo é feito nessa casa que não seja do conhecimento do Vice-Diretor e do Diretor?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, em todas as operações, pelo menos das que eu participei, na parte operacional da agência, enfim, nesse período, tem todo um procedimento. Tem um plano de operações que é assinado pelo Diretor de Operações e, consequentemente, é dado conhecimento às autoridades da agência. Então, a partir do princípio que a gente recebeu uma determinação vinda já do nosso Vice-Coordenador de Operações, não me cabia discutir.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor sabe, como disse um colega seu aqui, se havia interesse do Presidente da República na apuração desses fatos?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não senhor, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não sabe. O senhor trabalhou, já que trabalha nessa área há muito tempo, 28 anos, o senhor sabe se a ABIN tem equipamentos de escuta telefônica?



**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não senhor, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor não sabe?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não sei, não tenho ciência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ou afirma que não tem?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, eu digo ao senhor que não tem porque eu nunca vi.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Outra questão. Nesses áudios que o senhor ouviu — eu vou citar aqui alguns nomes e tal —, queria que o senhor dissesse se teve ou não acesso aos áudios de algumas personagens. José Dirceu, o senhor teve acesso a algum áudio?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não teve. Ministra Dilma?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Fernando Henrique Cardoso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - José Serra?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Tucanos? Nada que tivesse referência a isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Presidente da República?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Luiz Eduardo Greenhalgh?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Naji Nahas?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, esse nome Naji Nahas, ele apareceu no meu depoimento. Está escrito o seguinte: “Áudio do Naji Nahas...” E tem outras pessoas. Eventualmente, apareceu algum nome deste que eu coloquei no depoimento. Foi somente isso. Do montante desses autos que foram... que nós fizemos esse resumo lá na Polícia Federal, em algum momento apareceu parte desses nomes. O Naji, a Patrícia...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Greenhalgh?



**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Senhor?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Luiz Eduardo Greenhalgh?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, senhor. Como nome não, senhor.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Gilberto Carvalho?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não senhor, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Brasil Telecom?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - (Pausa.) Excelência, eles não... pelo menos nos trechos ali que foram lidos, eles conversavam muito assim tipo que em código. E eu não me recordo de Brasil Telecom.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Lúcio Bolonha Funaro, o senhor se recorda?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência. Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Houve alguma discussão sobre financiamento de campanha eleitoral nesses áudios?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Em momento algum, em momento algum.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor disse que nenhum desses personagens teve presença nos áudios que o senhor teve conhecimento. Quem seriam os personagens, então, que o senhor se recorda, que participaram desses... que estiveram nos áudios?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, nesses áudios que eu ouvi, eu me lembro de Patrícia, Daniele... Apareceu Naji Nahas em um trecho, foi falado o nome, apareceu uma vez ou duas. Dantas... Eu vejo assim: hoje, sentado aqui...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Daniel Dantas, o senhor lembra de ter ouvido áudio de conversas dele?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Sim, parte. Algum detalhe, alguma coisa.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Alguma coisa que o senhor se recorde?



**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Quais os outros nomes que o senhor se recorda?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Arthur... e só.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Como?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Arthur, só isso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Só isso?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Só isso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senho fazia relatórios, não é?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ou degravações?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não. Nós fazíamos um resumo.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Resumo?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Um resumo.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Era emitido a quem esse resumo?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Esse resumo ficava no próprio computador. A gente colocava um asterisco. Segundo o Agente Eduardo, era analisado *a posteriori* pelo Agente Walter. Era essa a nossa função, simplesmente essa.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor sabe se consta dos autos do inquérito esses resumos que o senhor realizava?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Excelência, eu não sei dizer isso para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O.k., Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Fruet. (*Pausa.*)  
Não? (*Pausa.*)

Só para a gente deixar essa coisa bem explicitada. Quer dizer, em nenhum momento da sua atividade, quando o senhor retornou aqui, o senhor nunca fez uma reunião, com quem quer que seja, de avaliação do trabalho que o senhor



desenvolveu? E mesmo depois que surgiu o problema, o senhor também não se reuniu para discutir essa questão com diretores ou subdiretores dessa casa?

**O SR. JERÔNIMO JORGE DA SILVA ARAÚJO** - Não, Excelência. O que aconteceu foi o que eu disse aqui em audiência: eu recebi essa missão, fui a São Paulo, cumpri, retornei, depois fui chamado de novo já pela contrainteligência, que estava responsável por essa operação. O Dr. Thélio Braun e o Dr. Rui simplesmente cederam efetivo para que a contrainteligência apoiasse a Polícia Federal. Esse trabalho, vamos dizer... Falam ali no Dr. Braun, no Dr. Rui. Eles simplesmente cederam efetivo para a contrainteligência, para operações de contrainteligência. Lá nós fomos. Na segunda vez, foi a oportunidade, nos chamaram: “*Olha, vocês têm disponibilidade de tempo, vão retornar a São Paulo para o mesmo trabalho.*” Foi feita essa reunião, apenas isso. Agora, eu não prestei... não fiz nenhum tipo de relatório, nem escrito nem verbal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Não havendo mais perguntas, eu vou dispensar nossa testemunha.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se hoje, 24 de março, às 15h, no Plenário do Anexo 2, para tomada de depoimento do Sr. Márcio Seltz, Oficial de Inteligência da ABIN.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado.